



Biblioteca Breve

SÉRIE HISTÓRIA

A EVOLUÇÃO
DEMOGRÁFICA
PORTUGUESA

COMISSÃO CONSULTIVA

JOSÉ V. DE PINA MARTINS
Prof. da Universidade de Lisboa

JOÃO DE FREITAS BRANCO
Historiador e crítico musical

JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA
Prof. da Universidade Nova de Lisboa

JOSÉ BLANC DE PORTUGAL
Escritor e Cientista

HUMBERTO BAQUERO MORENO
Prof. da Universidade do Porto

JUSTINO MENDES DE ALMEIDA
Doutor em Filologia Clássica pela Univ. de Lisboa

DIRECTOR DA PUBLICAÇÃO
ÁLVARO SALEMA

JORGE CARVALHO ARROTEIA

A Evolução
Demográfica
Portuguesa
Reflexos e Perspectivas



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Título

A Evolução Demográfica Portuguesa

Biblioteca Breve /Volume 93

1.^a edição — 1984

Instituto de Cultura e Língua Portuguesa
Ministério da Educação

© *Instituto de Cultura e Língua Portuguesa*
Divisão de Publicações
Praça do Príncipe Real, 14-1.º, 1200 Lisboa
Direitos de tradução, reprodução e adaptação,
reservados para todos os países

Tiragem
5000 exemplares

Coordenação Geral
Beja Madeira

Orientação Gráfica
Luís Correia

Distribuição Comercial
Livraria Bertrand, SARL
Apartado 37, Amadora — Portugal

Composição e impressão
Oficinas Gráficas da Minerva do Comércio
de Veiga & Antunes, Lda.
Trav. da Oliveira à Estrela, 10.

Março 1985

ÍNDICE

Pág.

INTRODUÇÃO	6
I / A POPULAÇÃO PORTUGUESA	8
1. Alguns documentos de interesse histórico	9
2. O conhecimento exacto	19
II / A EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA: UM SÉCULO DE PROFUNDAS MODIFICAÇÕES	25
1. O crescimento da população	26
2. A distribuição espacial	33
3. Composição e estrutura da população	43
III / A POPULAÇÃO E O TERRITÓRIO: SEMELHANÇAS E CONTRASTES	52
1. De natureza geográfica	53
2. De natureza funcional	56
3. Os movimentos da população	62
IV / DEMOGRAFIA E SOCIEDADE PORTUGUESA	75
1. A disfunção entre os sectores	76
2. As perspectivas de inovação	81
3. Os contrastes regionais	88
V / NOTA FINAL	100
ANEXOS	103
Variação intercensitária da população portuguesa (1864-1981)	103
Comparações internacionais	103
NOTAS	106
BIBLIOGRAFIA	109
ÍNDICE DOS QUADROS	113
ÍNDICE DAS FIGURAS	115

INTRODUÇÃO

Embora carecendo de outro tratamento, a análise da evolução demográfica em Portugal não deixa de evidenciar um certo número de transformações, operadas recentemente na sociedade portuguesa. E não só de natureza política e económica, mas ainda cultural, correspondendo a uma abertura ao fenómeno urbano e industrial que progressivamente tem vindo a desenvolver-se entre nós. Daí, o nosso interesse, seguindo aliás uma orientação de Gurvitch: o de aflorar a crosta exterior da sociedade portuguesa, a sua base morfológica, de cariz geográfico e demográfico.

Estudo que não pretende ser exaustivo, mas um novo contributo para o conhecimento das camadas profundas da “realidade social” ⁽¹⁾ de Portugal dos nossos dias. Ainda que orientado para um período recente, não deixamos por isso de fazer referência a alguns dados mais antigos, sempre que estes nos permitam perceber a evolução dos “fenómenos sociais totais”, definidos como o “elemento vulcânico da realidade social, a origem das erupções desta” ⁽²⁾.

Alguns verdadeiramente conhecidos, outros ainda num estado latente — que a marcha dos acontecimentos ajudará num futuro próximo a acentuar — pretendemos

sugerir ao leitor, não uma apreciação estática dos elementos ou das fontes por nós utilizadas, mas uma nova interpretação, entre as múltiplas perspectivas e trabalhos que, no todo ou em parte, têm abordado esta realidade, levando-nos por isso à utilização de várias transcrições e uso de figuras e quadros que permitirão uma nova leitura do verdadeiro significado dos elementos de natureza estatística que nos serviram de base.

Longe por isso de se tratar de uma “monografia”, o texto que apresentamos pretende ser um “ensaio”, de orientação e complemento aos que, sobretudo no estrangeiro, deparam com sérios obstáculos de informação e de consulta documental.

Oxalá o tenhamos conseguido.

I/A POPULAÇÃO PORTUGUESA

“O mundo não é outra cousa mais do que a população. É a ella que deve a sua existência, a sua felicidade, o seu progresso, a sua civilização, a sua vida enfim multiplicada em milhares de ramos. À população devem as sciências as suas descobertas, as artes o seu brilhantismo e as nações a sua independência”.

D. ANTÓNIO DA COSTA

“Estatística do Distrito de Leiria” (3)

1 — Alguns documentos de interesse histórico

O conhecimento da população portuguesa, facilitado na actualidade pela realização periódica dos Recenseamentos, reveste-se em épocas recuadas de algumas dificuldades e imprecisões, devidas sobretudo à falta de um critério estatístico e aos múltiplos fins a que, em regra, essas contagens eram destinadas. Em quaisquer dos casos, porém, a consulta dos documentos existentes, que constituem objecto da Demografia Histórica, torna-se hoje em dia do maior interesse para a reconstituição da sociedade portuguesa. Se não para todo o Continente, ao menos para determinadas regiões que foram objecto de levantamentos demográficos mais pormenorizados.

Entre os documentos que nestas circunstâncias podemos referir, contam-se principalmente os de interesse militar — contagem dos mancebos para o serviço das armas — mandados elaborar por D. Dinis (ou já D. Afonso III), e por D. João I em 1417, designados por “Rol dos besteiros do conto”. De âmbito mais reduzido e para utilização do fisco, refere-se um outro documento, datado de 1497 — o «Rol de Alenquer e de seu termo» — o qual, além dos dados numéricos, contém outras informações sobre a “estrutura social dessa região”⁽⁴⁾.

De carácter ainda parcelar, contam-se as Inquirições, os Arrolamentos dos Tabeliães, os Registos Paroquiais e os Forais. Documentos que, no seu conjunto, permitem definir um tipo de “estatística pré-científica” que se vai desenvolvendo em Portugal, a partir do século XV ⁽⁵⁾. Uma vez que a necessidade

do conhecimento exacto da população surge apenas ligada à formação do Estado moderno, com a “mobilização militar para um exército permanente, tributação, recursos para as novas funções administrativas, contabilidade dos serviços, orçamentos e inventários de rendas e despesas” ⁽⁶⁾.

Somente mais tarde, no reinado de D. João III, foi efectuado o primeiro levantamento sistemático, mandado elaborar por aquele monarca aos corregedores de todas as comarcas. Realizado entre 1527 e 1530, e tendo em conta o número de “fogos” existentes, e não o de habitantes, permite avaliar, embora com certa margem de erro, o montante da população portuguesa — que deveria orçar os 1,1 a 1,4 milhões de habitantes, consoante façamos corresponder a cada “fogo” quatro ou cinco pessoas (QUADRO I).

QUADRO I — N.º DE FOGOS EM 1527

COMARCAS	N.º DE FOGOS	%
Entre Douro e Minho	55 099	19,6
Trás-os-Montes	35 616	12,7
Estremadura (s/Lisboa)	52 402	18,7
Beira	66 800	23,9
Entre Tejo e Guadiana	48 804	17,4
Algarve	8 797	3,1
Cidade de Lisboa	13 010	4,6
PORTUGAL	280 582	100,0

(in: O. Ribeiro, 1955, p. 99)

Como dá conta O. Ribeiro (7), a distribuição dos moradores não seria uniforme em todo o território, notando-se uma maior preferência pelas áreas litorais, a norte do rio Tejo e no Algarve, mais povoadas “que o interior do Norte e o resto do Sul”.

Não se afasta demasiado do padrão anterior, coincidente com o termo da Reconquista, que apresentava como áreas mais densamente povoadas as correspondentes ao “Minho, ao vale do Douro e à Beira Alta”(8). E nota-se, do mesmo modo, uma certa rarefacção nas Beiras Baixa e Litoral e na Estremadura, com densidades mínimas na “zona ocidental de Trás-os-Montes (área das Serras do Marão e do Barroso), parte do chamado Triângulo Litoral Português (com vértices em Vagos, Coimbra e Leiria), zona correspondente ao Vale do Vouga, no seu curso médio e inferior, zona das Serras da Estrela e da Lousã” e, finalmente, o território a Sul do rio Tejo, abrangendo parte do Alto Alentejo e o actual Baixo Alentejo.

Esta situação, para além de traduzir uma certa antiguidade na ocupação do litoral português, acentua, por outro lado, as melhores condições climáticas e a qualidade dos solos, resultantes do maior grau de humidade, da natureza da rocha mãe e do teor dos depósitos acumulados em algumas áreas. Ou já as facilidades de circulação e do comércio, que se intensificaram a partir de alguns centros portuários marítimos e fluviais. Com particular destaque para as cidades de Lisboa, cuja população deveria estar compreendida entre 50.000 a 65.000 habitantes — mais 15.000 a 20.000 na periferia (9) — e do Porto, já então

animado por um intenso movimento comercial. Para além destas aglomerações, contavam-se, a norte do rio Tejo, Guimarães, Coimbra e Santarém (as de maior dimensão nessa época); e, a sul deste rio, Évora, Portalegre, Beja, Vila Viçosa, Lagos e Tavira.

Das estimativas elaboradas com base nos arrolamentos posteriores, os do início do Séc. XVII, objecto de análise detalhada por V. Serrão ⁽¹⁰⁾, permitem-nos avaliar o número de habitantes no Continente, próximo da Restauração. Data que não deixa de ser relevante, se atendermos à sangria verificada durante o domínio Filipino, no termo do qual esse montante deveria andar próximo de 1,3 milhões de indivíduos ⁽¹¹⁾. Valores que, comparados com os do século anterior, poderão ser justificados “não por falta de multiplicação natural, senão por os Portugueses se irem de sua Pátria a povoar e fundar tantas cidades e lugares, em terras tão remotas, e tão largas” ⁽¹²⁾. Uma consequência, aliás, da expansão quatrocentista portuguesa e da ocupação das feitorias e fortalezas de África e do Oriente ou já da colonização do Brasil, verificada antes da união entre as duas Monarquias ibéricas.

E como estaria distribuída a população portuguesa? Tomando por base os elementos referidos por aquele autor, contar-se-iam no Reino 19 cidades, com 105 160 vizinhos e 175 vilas e lugares com 82 570 moradores, fora muitas outras povoações e casais, não referidas no manuscrito da Biblioteca Nacional de Paris ⁽¹³⁾. Os mesmos elementos, comparados com os do “Numeramento” de 1527, não deixam de acentuar a importância crescente da cidade de Lisboa (entre 235 000 e 300 000 habitantes) ou mesmo de Coimbra (cerca

de 20 000 habitantes) mas, ainda, a dimensão de outros centros, mencionados como cidades e entre os quais se destacam: Lamego, Viseu, Guarda, Bragança e Miranda do Douro (FIG. I).

Embora sem atingir “a importância das áreas da costa ou de irradiação fluvial” ⁽¹⁴⁾, ou mesmo a “ininterrupta” e renovada tradição urbana que o “Alentejo, especialmente a parte oriental, e o Algarve parecem ter mantido desde a antiguidade” ⁽¹⁵⁾, não deixa de ser notório assinalar uma certa concentração de habitantes, junto à raia, na Beira e no Nordeste transmontano, atraídos principalmente pelo comércio.

De assinalar o estabelecimento de relações íntimas entre aquelas regiões de Portugal e as províncias da Galiza e de León, consideradas “zonas de maior gravitação regional para os “bragançanos” e os “mirandinos” do que a zona portuguesa ao Sul do rio Douro” ⁽¹⁶⁾.

Embora com algumas reservas, quer quanto à origem dos dados referidos nesse Documento ⁽¹⁷⁾, ou mesmo pela falta de elementos das zonas rurais ⁽¹⁸⁾ (levando necessariamente a uma subestimação do conjunto global da população portuguesa), não deixa de ser oportuno recordar a importância que então se dava ao montante dos habitantes do “Reyno”. Isto, porque, “honde houver muita gente haverá muita Agricultura, muitas Artes e muita Mercancia e muitos Soldados”. Donde, a “grandeza dos Reys está na multidão do povo, e dos poucos vassalos nasce a falta de reputação do Príncipe” ⁽¹⁹⁾. Princípios que podem justificar uma maior ponderação entre os dados citados por aquele autor e os referentes a 1641, que apontam a população

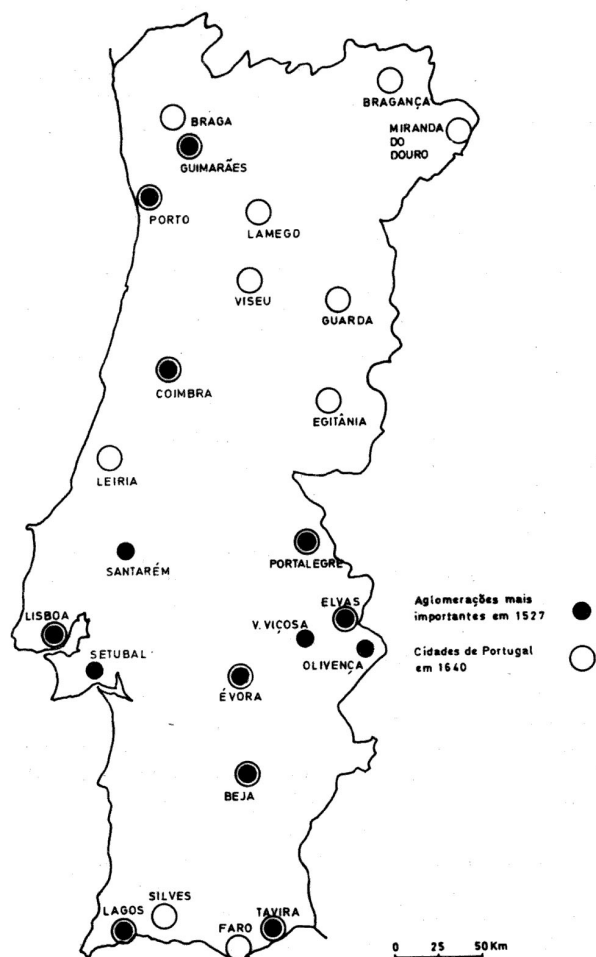


FIG. 1

residente em cerca de 2 milhões de habitantes (Decreto de 10 de Julho de 1642) ⁽²⁰⁾.

Quase um século depois, em 1732, o cômputo elaborado a partir dos elementos contidos na *Lista dos fogos e lugares que ha nas terras de Portugal*, mandada elaborar pelo Marquês de Abrantes — indica um novo quantitativo: 2 143 368 habitantes ⁽²¹⁾ — dos quais estão excluídas, entre outras, as pessoas com idade inferior a 7 anos, em virtude de se ter considerado apenas os “indivíduos admitidos à comunhão e não segundo as almas de confissão» ⁽²²⁾. Mesmo assim, e apesar da imprecisão que estes elementos podem traduzir, há a notar um relativo aumento dos habitantes, muito embora se tenham verificado alguns períodos conturbados pelas lutas subsequentes à Restauração, ou mesmo à constante fuga de gente, em especial para o Brasil, que desde então não deixou de se fazer sentir. Acréscimo que pode ser interpretado não só como resultante do período de “estabilidade e paz”, que coincidiu com os reinados de D. Pedro II e de D. João V” ⁽²³⁾, mas ainda da difusão de um novo cereal — o milho — nas baixas atlânticas e, progressivamente, nas regiões mais interiores, do leste e do sul de Portugal, ou até nas “Montanhas”. O milho já se havia tornado, na primeira metade do século XVII, o “mantimento mais comum da gente do Minho e da maior parte da Beira” ⁽²⁴⁾.

Em cerca de três milhões de habitantes é estimada a população portuguesa no início do século XIX, valor que tem por base o Recenseamento de 1801, mandado efectuar pelo então ministro da Fazenda da Rainha D. Maria I, D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Elaborado segundo duas vias complementares: “a

eclesiástica (registos paroquiais) e a civil (correições)”, os resultados finais são considerados por Joel Serrão ⁽²⁵⁾ como um “marco fundamental para o estudo da demografia oitocentista”. Reportando-nos a esses elementos, concluímos ser a província da Beira a mais populosa de todo o Continente (892 762 habitantes) mas sendo sem dúvida a do Minho (737 706 moradores) a que apresentava as maiores densidades demográficas.

QUADRO II — POPULAÇÃO DE PORTUGAL
(1801 - 1802)

PROVÍNCIAS	HOMENS	MULHERES	TOTAL	FOGOS
Minho	347 018	390 688	737 706	190 541
Trás-os-Montes	127 276	134 885	262 161	67 881
Beira	435 034	457 728	892 762	228 048
Estremadura	323 082	322 437	645 519	164 934
Alentejo	148 560	149 606	298 166	80 903
Algarve	45 539	49 540	95 079	26 194
TOTAL	1426 509	1 504 884	2 931 393	758 501

(in: J. Serrão, 1973, pp. 77-78)

A densidade era particularmente elevada nas comarcas do Porto (194 490 habitantes) e de Viana, Guimarães e Barcelos, com uma população conjunta superior aos quatrocentos mil habitantes, facto que igualmente podemos registar em Coimbra e Viseu, respectivamente: 167 883 e 151 814 habitantes. Guarda e Lamego eram ainda as comarcas mais

populosas da região centro do país, com pouco mais de cem mil habitantes cada. Ou seja, cerca de metade do valor atribuído a Lisboa e ao seu termo: 207 152 moradores — o que representava quase um terço da população residente na província da Estremadura, estimada em 645 519 habitantes.

Como havíamos notado em épocas anteriores, as comarcas menos povoadas situavam-se no Alentejo (298 166 habitantes) e no Algarve (95 079 habitantes) ou eventualmente em Trás-os-Montes: 262 161 moradores.

Sem deixarmos de ter em conta a distribuição espacial da população portuguesa, julgamos ser conveniente assinalar um outro aspecto, referente à sua estrutura. Referimo-nos ao “sex-ratio”, que nestas circunstâncias nos permite ajuizar da importância dos movimentos emigratórios, já então bastante consideráveis. Assim, se o equilíbrio de sexos era, no Continente, de 94 homens para 100 mulheres, em duas destas províncias, no Algarve e no Minho, estes valores situavam-se aquém desta média: respectivamente 92 e 88 H/100 M., acentuando, sobretudo neste último caso, uma persistência das saídas do sexo masculino, em detrimento das do sexo oposto.

Do maior interesse para a época, a divulgação dos resultados do Recenseamento de 1801, só tardiamente efectuada entre nós, deve-se a uma certa instabilidade política, conhecida na Europa no termo do século XVIII e que acabou por surtir os seus efeitos em Portugal. Já que, perante as «ameaças napoleónicas», o conhecimento quantificado da gente portuguesa

tornava-se num segredo, num importante segredo militar»⁽²⁶⁾.

Ainda que desconhecido, tal facto não obstou a que, face à atitude do governo português em manter a aliança com a Inglaterra, as fronteiras nacionais viessem a ser violadas pelo exército francês. Ocorreu uma primeira ameaça em 1801, quando o exército espanhol invadiu Portugal e se acordou em troca de paz a entrega “à França de algumas terras ao norte do Brasil” e à Espanha “a cidade de Olivença e seu território”, bem como a obrigação de fechar os portos aos navios ingleses⁽²⁷⁾. O adiamento da resposta de Portugal ao “Bloqueio Continental”, decretado pelos franceses contra os navios de Inglaterra, foi o pretexto para a primeira invasão francesa, ocorrida nos finais de 1807. A esta se seguiram duas novas incursões, tendo a última, em 1810, encontrado a maior resistência popular e provocado efeitos devastadores, sobretudo nas “regiões litorais, onde estavam as cidades mais ricas e as que, de um modo geral, tinham sido poupadas nas guerras anteriores”, praticamente limitadas aos distritos de fronteira⁽²⁸⁾.

Como consequência, assinala-se uma forte sangria demográfica (112 000 civis mortos e 50 000 soldados mortos e feridos) e a saída de cerca de 10 000 pessoas para o Brasil, no seguimento da deslocação da Corte para este país, antes da chegada das tropas gaulesas.

Mesmo assim, a população portuguesa, em 1820, deveria situar-se muito próximo dos 3 milhões de habitantes, dos quais, a maior percentagem residia na extensa província da Beira (30,0%), no Minho (25,0%), na Estremadura (21,6%) e os restantes 22,3% no

Alentejo, em Trás-os-Montes e no Algarve. (QUADRO III). Montante que terá ascendido para cerca de 3,5 milhões em meados do século, em 1857, para se situar em 3,9 milhões aquando do 1.º Recenseamento da população em 1864.

QUADRO III

RESUMO GERAL DA POPULAÇÃO PORTUGUESA (1820)

PROVÍNCIAS	FREGUE- SIAS	FOGOS	INDIVÍ- DUOS
Minho	1 230	191 480	750 820
Trás-os-Montes	701	70 255	267 750
Beira	1 261	232 610	904 270
Estremadura	475	161 065	652 490
Alentejo	368	80 960	289 640
Algarve	66	29 025	113 600
SOMA	4 101	765 395	2 978 570
Outros	—	—	35 330
TOTAL GERAL	4 101	765 395	3 013 900

(in: J. Serrão, 1973, p. 112)

2 — *O conhecimento exacto*

A necessidade do conhecimento da população portuguesa, não só por razões militares ou do fisco, mas para “servir de base a muitas das providências administrativas” ⁽²⁹⁾, acentuou-se durante a primeira

metade do século XIX, estando na origem, em 1859, da criação de uma Repartição Geral de Estatística, no Ministério das Obras Públicas. Segundo J. Albuquerque ⁽³⁰⁾, assim se prestou “o devido preito à Ciência dos factos naturais, sociaes e políticos”, que tinha por objecto “o conhecimento profundo da sociedade com respeito à sua natureza, seus elementos, sua economia, sua situação e seus movimentos” ⁽³¹⁾. Deve-se, portanto, àquela Repartição a coordenação do primeiro Recenseamento Geral da População portuguesa, decretado em 23 de Julho de 1863 pelo Duque de Loulé e efectuado do último dia desse ano, em 1 de Janeiro de 1864.

Esta operação, que segundo uma citação daquele autor ⁽³²⁾ constituiu “a mais necessária das operações estatísticas, para guiar a administração, o economista e o legislador e também a indústria e o comércio”, não deixou de apresentar algumas imperfeições, devidas à ausência de uma “retribuição condigna” ⁽³³⁾ aos agentes recenseadores, apesar dos custos de todo o processo se ter elevado a 30.575\$00 réis; à falta de uniformidade entre as “diferentes divisões, administrativa, judicial, militar e eclesiástica” ⁽³⁴⁾; e ao “atraso de educação social do nosso povo” ⁽³⁵⁾, levando a uma sub-declaração “de pessoas nos boletins” já que, para muitos, o “censo tinha por fim o aumento do imposto e do recrutamento” ⁽³⁶⁾. Por essa razão não foi mencionado o “número dos criados e o resultado final venha assim diminuído”, principalmente nas cidades mais populosas de Lisboa e do Porto ⁽³⁷⁾.

Por nos parecer sugestivo, transcrevemos o seguinte quadro e comentários, relativos à população do continente (QUADRO IV):

QUADRO IV
RESUMO DA POPULAÇÃO (1864)

Varões	$\left\{ \begin{array}{l} \text{Solteiros} \text{ — } 1\,255\,982 \\ \text{Casados} \text{ — } 615\,624\,1\,955\,929 \\ \text{Viúvos} \text{ — } 84\,323 \end{array} \right\}$	3 986 558
Fêmeas	$\left\{ \begin{array}{l} \text{Solteiras} \text{ — } 1\,261\,073 \\ \text{Casadas} \text{ — } 594\,766\,2\,030\,629 \\ \text{Viúvas} \text{ — } 174\,970 \end{array} \right\}$	

74 700 mulheres mais do que homens
5 091 mulheres solteiras mais do que varões solteiros
20 858 varões casados mais do que mulheres casadas
90 467 mulheres viúvas mais do que viúvos
De mais de 100 anos apareceram 200,
sendo varões 86 e fêmeas 114

(in: J. Albuquerque, 1866, pp. VIII e IX)

Do mesmo modo transcrevemos um resumo dos fogos da população, nos distritos do Continente (QUADRO V), valores que acentuam algumas das notas já elaboradas a propósito da distribuição dos seus habitantes, realçando a sua maior concentração nos distritos do litoral: Braga, Porto, Aveiro, Coimbra,

Leiria e Lisboa, onde residiam cerca de metade, e cabendo aos distritos açorianos e à Madeira um número reduzido de habitantes (apenas 363 658 indivíduos), correspondendo a um valor inferior ao número de habitantes do distrito de Viseu.

QUADRO V
POPULAÇÃO POR DISTRITOS
(1864)

	FOGOS	HABITANTES
AVEIRO	62 526	252 563
BEJA	33 719	142 897
BRAGA	77 378	320 769
BRAGANÇA	39 283	164 050
CASTELO BRANCO	40 495	165 473
COIMBRA	67 475	282 627
ÉVORA	24 948	104 147
FARO	41 416	179 517
GUARDA	52 542	217 542
LEIRIA	41 046	108 504
LISBOA	111 151	454 825
PORTALEGRE	24 350	101 129
PORTO	102 049	423 792
SANTARÉM	49 124	201 226
VIANA DO CASTELO	51 973	204 679
VILA REAL	51 576	221 851
UISEU	87 150	368 967
TOTAL	958 201	3 986 558
ILHAS (Açores e Madeira)	83 037	363 658
TOTAL GERAL	1 041 238	4 350 216

(in: J. Albuquerque, 1866, p. 189)

Embora aceite como um primeiro “ensaio”, não deixamos de realçar o significado deste Recenseamento, por se tratar da primeira contagem sistemática da população portuguesa. Foi melhorado na sua metodologia e operações em censos posteriores, cujo objectivo primordial consistiu em fornecer”, com a maior exactidão possível, os dados estatísticos aos governantes”.

A necessidade de uma informação segura era da maior utilidade para toda a população, não só porque “o governo é administrador d’esta grande casa que se chama nação ⁽³⁸⁾” mas ainda, como refere J. Albuquerque, “enquanto a estatística se fizer arbitrariamente no gabinete da autoridade, com elementos a que presidiu a desconfiança de que o governo pode abusar da verdade, não espereis boa administração”.

A realização do 2.º Recenseamento da população, decretado pela lei de 15 de Março de 1877 (que estabeleceu ainda o princípio dos Recenseamentos decenais) data de 1878, tendo-se verificado, entre aqueles anos, um “augmento de 93 335 fogos e 401 189 almas (9,23%)”. O que, segundo um comentário de então, não deixou de ser bastante lisonjeiro, principalmente se considerarmos que a “população nos outros Estados da Europa não dá melhor resultado, se falam verdade as suas estatísticas” ⁽³⁹⁾.

O Recenseamento seguinte, obedecendo àquela lei e às recomendações do Congresso Internacional de Estatística de São Petersburgo de 1872 “de que os censos se deviam realizar nos anos terminados em

zero, a fim de facilitar as comparações internacionais”
(⁴⁰), foi por sua vez realizado em 1890.

II/ A EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA: UM SÉCULO DE PROFUNDAS MODIFICAÇÕES

A “pequena casa lusitana” tem, na exiguidade da área, na pobreza do solo, na abundância e fecundidade das gentes, a limitação natural das suas possibilidades de povoamento. Somos muitos, seremos cada vez mais, e somos pobres. Melhorar o rendimento das culturas, desenvolver a indústria e aproveitar as riquezas naturais, será a maneira de atenuar as taras da terra e da grei.

Mas para isso, é preciso ver com largueza os problemas da população”.

ORLANDO RIBEIRO

“Ensaaios de Geografia Humana e Regional” (1970)

1. O crescimento da população

Os dados referentes ao crescimento efectivo dos habitantes de Portugal depois de 1864 são bem elucidativos da ocorrência de algumas vicissitudes de natureza política e económica, que condicionaram, desde essa época, a evolução normal da sua população. Esta era estimada em 1864 em cerca de 4,3 milhões, dos quais mais de 3,9 milhões, residiam no Continente (FIG. 2).

A comparação dos resultados obtidos em 1878, 1890 e a partir daí nos Recenseamentos levados a cabo decenalmente (salvo o de 1911 e o último em 1981), permite calcular, com algum rigor, os acréscimos verificados, que nos dois primeiros intervalos — de 1864 a 1878 e desde então até 1890 — rondaram os 9,5%, entre cada uma dessas datas. De 1890 até 1900, esse valor decresceu ligeiramente (6,9%), o que não bastou para que, no começo do século, a população residente no Continente atingisse os 5 milhões, ultrapassando em 1911 os 5,5 milhões. Valor bastante significativo se tivermos em conta o período de emigração registado nos finais do século XIX — mais de trezentos e cinquenta e três milhares de saídas entre 1886 e 1899, — mas em parte compensadas pelo aumento dos habitantes, devido aos valores das taxas de natalidade, que na altura não conheciam grandes limitações e se situavam próximo dos 31%.

Já no período seguinte, de 1911 a 1920, as taxas de natalidade sofreram alguma alteração, sendo particularmente elevadas em 1911 — 39% — devido à

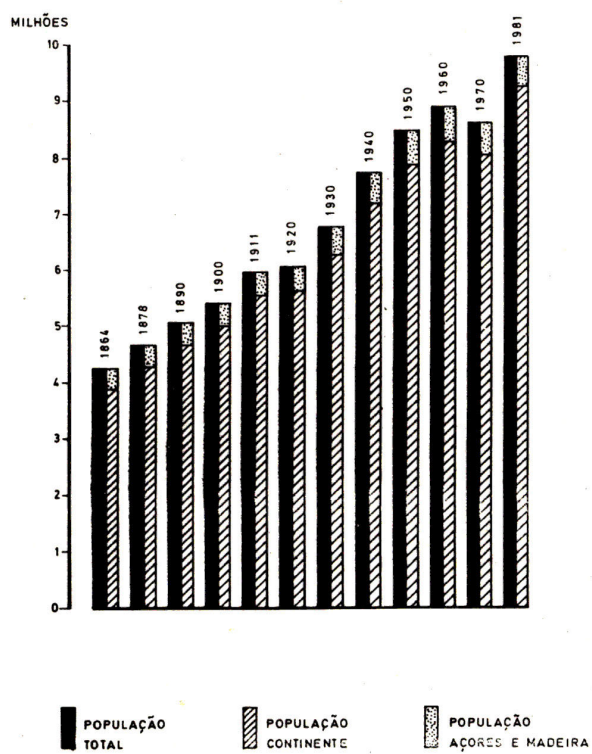


FIG. 2

obrigatoriedade do Registo Civil, instituído nessa data, levando a que muitos indivíduos, embora nascidos anteriormente, só então fossem registados. Ao invés do que se passou em 1919, devido à guerra de 1914-18. Do mesmo modo as taxas de mortalidade — que se haviam situado entre os 21,1% entre 1891 e 1900 e os 19,9%, entre 1901 e 1911 — aumentaram ligeiramente, devido aos efeitos da epidemia da gripe pneumónica, que depois de 1918 assolou o País.

Além destes factores a forte emigração, em especial para o Brasil, que se fez sentir até 1913 e nos anos imediatos à 1.^a Guerra Mundial, não permitiu um aumento de mais de 82 179 indivíduos entre aquela data e o começo da década de vinte.

Crescimento que foi visível em apenas oito dos então dezassete distritos do Continente, permitindo mesmo assim equilibrar as perdas registadas em Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Faro, Guarda, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu, cuja soma ultrapassou as oito dezenas de milhar. Até então, o acréscimo global registado no Continente havia sido particularmente relevante nos distritos de Lisboa e do Porto, em consequência do crescimento urbano e industrial desses dois centros; e bastante reduzido em áreas do interior (distritos de Vila Real e de Viseu) ou já do litoral, como em Braga, devido à persistência dos movimentos emigratórios.

Uma vez ultrapassado o período conturbado da década de 1910 a 1920, o ritmo de crescimento da população portuguesa mantém-se elevado — 11,8% entre 1920 e 1930 e 14,0% entre esta data e 1940 — apesar das taxas de natalidade registadas na maior parte dos distritos do Continente terem baixado para menos

de 30,0%. O mesmo se verificou em relação às taxas de mortalidade, em consequência de uma certa melhoria das condições de vida e higiene, originando um excedente natural da população e permitindo que, em três décadas apenas, a população portuguesa aumentasse, no Continente, de mais de 2,5 milhões de habitantes. A este facto não foi igualmente alheia a redução dos valores da emigração, durante a crise económica dos anos trinta e o conflito armado de 1939-45.

É por isso que, a partir de 1950, as alterações conhecidas na demografia portuguesa são mais profundas, acusando por um lado um incremento elevado de saídas durante a década de sessenta e na primeira metade de setenta — quase 1,5 milhões de indivíduos (dos quais 933 213 emigrantes legais e 558 882 clandestinos para França) — e, conseqüentemente, uma redução do crescimento efectivo da população, a qual passou de 7,9 milhões de habitantes nessa data para 8,3 milhões em 1960 e decaiu para menos de 8,1 milhões em 1970. Contudo, as respectivas taxas de natalidade passaram de 23,5% no primeiro período, para 27,4%, no segundo — o que levaria, necessariamente, a um aumento da população residente, apesar do acréscimo sensível das respectivas taxas de mortalidade geral — 11,3% — durante a década de cinquenta e 13,2% de 1961 a 1970. Estes valores orçaram em 1979 os 16,3% e os 9,4%, respectivamente.

Embora analisadas globalmente, será do maior interesse atender às variações da população a nível de distrito. Isso nos permite verificar que o acréscimo de 371 062 habitantes registado entre 1950 e 1960 foi

acompanhado de perdas significativas (93 552 indivíduos) nos distritos de Beja, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Portalegre, Viana do Castelo e Viseu (FIG. 3), sugerindo, de algum modo, o que se viria a passar no decénio seguinte quando, para além dos distritos já mencionados, ainda Bragança, Leiria, Santarém e Vila Real acusaram perdas semelhantes. Com efeito, só Aveiro, Braga, Lisboa, Porto e Setúbal, já então os distritos mais industrializados do Continente, viram a sua população aumentar.

Entre 1970 e 1981, a população portuguesa aumentou no Continente cerca de 1,2 milhões de pessoas, (no Continente e Ilhas esse acréscimo foi de 1,164 milhões, devido às perdas registadas na Região Autónoma dos Açores), orçando nesta data os 9,8 milhões de habitantes. Acréscimo que se deve sobretudo às quebras de emigração — apenas 20 780 emigrantes anuais, em média, entre 1974 e 1981 — e, de algum modo, à entrada de residentes nas ex-colónias portuguesas, cujo total orçava, em 1976, os 430 milhares.

Contrariando, aliás, a ocorrência destes movimentos e realçando o acentuar dos desequilíbrios internos, não deixam de ser significativas as perdas relativas aos distritos de Beja, Castelo Branco, Guarda e Portalegre, comprovando, deste modo, a dicotomia entre a faixa atlântica, mais industrializada, e o interior do país. Só assim podem justificar-se os acréscimos ocorridos nos vários distritos, quando comparamos os primeiros com os últimos resultados dos Recenseamentos da população (QUADRO VI).

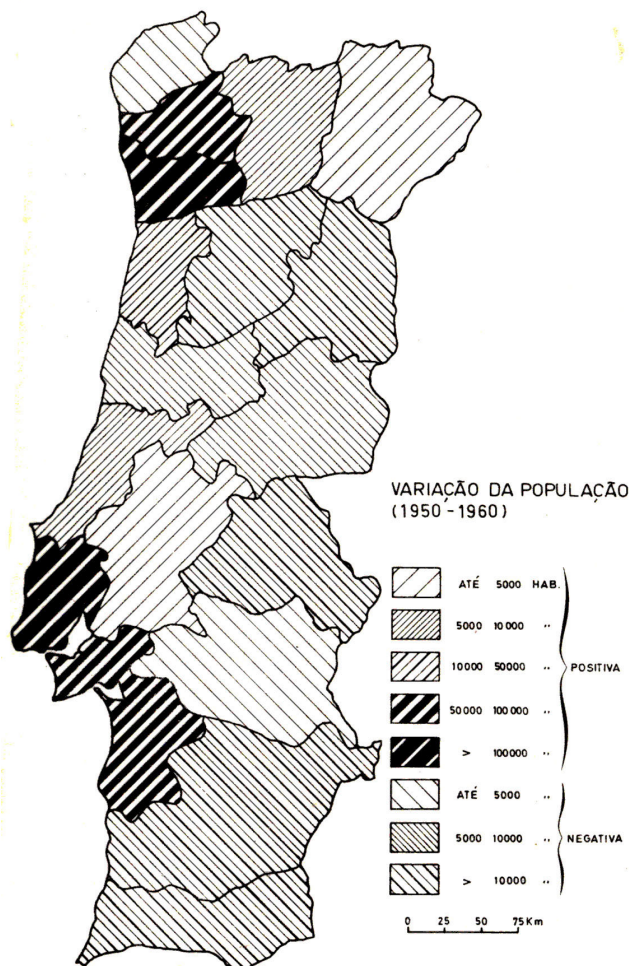


FIG. 3

QUADRO VI
VARIAÇÃO DA
POPULAÇÃO POR DISTRITOS
(1864 – 1981)

DISTRITOS	POPULAÇÃO		ACRÉSCIMO
	1864 (a)	1981 (b)	
AVEIRO	252 563	622 988	370 425
BEJA	142 897	188 420	45 523
BRAGA	320 769	708 924	388 155
BRAGANÇA	164 050	184 252	20 202
CASTELO BRANCO	165 473	234 230	68 757
COIMBRA	282 627	436 324	153 697
ÉVORA	104 147	180 277	76 130
FARO	179 517	323 534	144 017
GUARDA	217 542	205 631	-11 911
LEIRIA	108 504	420 229	311 725
LISBOA	454 825	2 069 467	1 614 642
PORTALEGRE	101 129	142 905	41 776
PORTO	423 792	1 562 287	1 138 495
SANTARÉM	201 226	454 123	252 857
SETÚBAL (C)	—	658 326	—
VIANA DO CASTELO	204 679	256 814	52 135
VILA REAL	221 851	264 381	42 530
VISEU	368 967	423 648	54 681
CONTINENTE	3 986 558	9 336 760	5 350 202

a) Seg: J. Albuquerque, 1886

b) População residente

c) Criado em 1926

2 — *A distribuição espacial*

Como verificámos, o crescimento da população portuguesa tem sido praticamente constante, tendo aumentado mais de 133% desde 1864 até aos nossos dias. Não admira, por isso, que este acréscimo se tenha traduzido num aumento das respectivas taxas de ocupação, aperfeiçoadas, aqui e além, por outros factores, que acabam por modificar os padrões iniciais. Com efeito, as densidades inferiores aos 16 hab/Km² calculadas durante a primeira metade do século XVI, terão duplicado até ao começo do século XIX, situando-se por volta de 1864 em 45 hab/km². As maiores pressões demográficas referiam-se aos distritos do Porto e de Braga, com mais de 180 hab/Km² e 115 hab/Km², e Viana do Castelo e Aveiro, com valores muito próximos, da ordem dos 95,0 hab/Km².

A média actual — 107 hab/Km² — é, por isso, uma consequência do aumento da população residente, mais sensível na faixa litoral, onde, para além dos distritos de Lisboa (746 hab/Km²) e do Porto (679 hab/Km²), se encontram as maiores densidades em Braga com 257 hab/ Km², Aveiro com 230 hab/Km² e Viana do Castelo, Coimbra, Leiria e Setúbal, com valores muito próximos dos 120 hab/Km² (FIG. 4).

Esta distribuição muito tem a ver com a maior concentração urbana e industrial da metade ocidental do Continente português, desde os rios Minho ao Sado, e ao desenvolvimento das actividades aí radicadas: agricultura, comércio e pesca. Para tanto, muito terá contribuído a abundância de precipitações,

devidas à acção das “massas de ar atlântico que favorecem a agricultura intensiva, em que assenta a ocupação do solo” ⁽⁴¹⁾. E a sua própria natureza, em particular se proveniente de rochas graníticas, profundamente alteradas, dos “fundos dos vales ou restos de superfícies pouco dissecadas”⁽⁴²⁾, conhecidas no Minho e na Beira Alta.

Do mesmo modo a topografia, essencialmente plana em toda a área litoral e bastante desenvolvida desde Espinho ao vale do Tejo, facilitou a circulação de pessoas e de bens, e o escoamento de mercadorias, através dos muitos ancoradouros naturais existentes ao longo de toda a costa, onde outrora se desenvolveu uma intensa actividade marítima, não só da pesca de arrasto costeira, mas ainda do comércio de cabotagem e de longo curso, responsável pelo desenvolvimento dos complexos portuários do Vouga, do Mondego e do Tejo. Tal actividade não se limita, nestes dois últimos casos, ao estuário, mas a um certo tráfego fluvial interior que, no caso do Mondego e antes do assoreamento recente da sua foz, se estendia até Coimbra. O fenómeno é conhecido noutros locais da costa portuguesa, sendo igualmente responsável pelo declínio dos portos de menores dimensões, como os do rio Lis, Paredes, Atouguia da Baleia e Lourinhã, designados por O. Ribeiro ⁽⁴³⁾ como fazendo parte do “complexo portuário da Estremadura”.

Igual sorte tiveram várias localidades do Vale do Tejo: Sacavém, Coima, Aldeia Galega e muitas outras situadas na costa alentejana e no Algarve ⁽⁴⁴⁾, contrariando, neste caso, a fusão das actividades “agrícolas-pastoril e a marítima”, favorecidas pelo

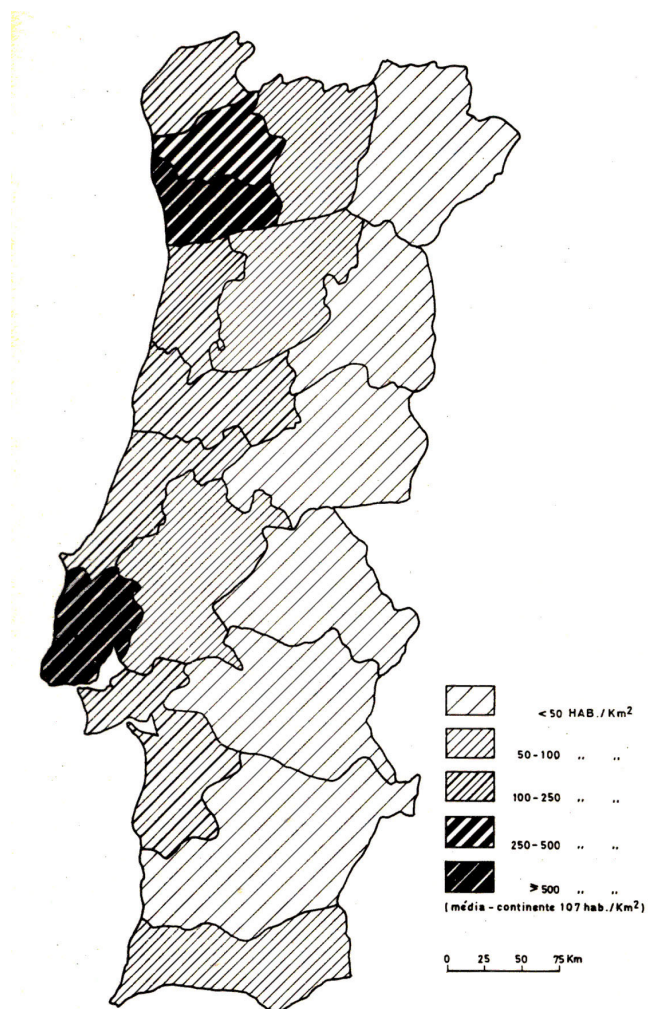


FIG. 4

maior contacto e penetração do mar nos vários estuários do centro e norte do litoral português.

Do desenvolvimento dessas actividades, resultou uma maior concentração humana em vários núcleos de toda a orla marítima, proveniente da auto-reprodução de antigos moradores e, mais frequentemente, devido à chegada de novos habitantes, atraídos não só pelas oportunidades de cultivo dos terrenos, ainda não arroteados — caso dos foros da Estremadura e dos areais da Gafanha — mas ainda pelas novas possibilidades de emprego. Estas acentuaram-se com as carências de artífices, criadas no comércio marítimo e nas indústrias associadas: construção naval, poleame e tanoaria.

A persistência daqueles movimentos, tendentes a “restabelecer o equilíbrio demográfico, preenchendo os vazios da densidade de população ou o equilíbrio económico” ⁽⁴⁵⁾ e as necessidades de mão de obra, não é um fenómeno exclusivo do litoral. Ele reveste-se de outras facetas ligadas às migrações, de carácter periódico e definitivo, de populações vindas do norte ⁽⁴⁶⁾, que afectaram, sobretudo, a região meridional do Continente. As suas raízes remontam não só ao termo da Reconquista, mas ainda à fixação recente de novos habitantes, oriundos também das Beiras, da Serra Algarvia e mesmo de outros pontos do território alentejano ⁽⁴⁷⁾.

Esses movimentos de população mantiveram-se particularmente intensos quando da divulgação da cultura cerealífera, no seguimento das grandes arroteias que, nos finais do século passado, tiveram lugar em todo o Alentejo, devidas não só à “generalização do emprego de adubos químicos “mas

também” à proibição de importar o trigo estrangeiro, antes de consumido o trigo nacional” (Lei de 1899)⁽⁴⁸⁾. Como assinala M. Feio ⁽⁴⁹⁾, as arroteias então em curso, “pelas riquezas e possibilidades de trabalho que possibilitaram”, foram as grandes responsáveis pelo aumento da população no sul de Portugal. Movimento que se prolongou desde os finais do século XIX até ao 1.º quartel do nosso século. É o que se pode aliás comprovar através da Fig. 5, extraída de um dos estudos de O. Ribeiro e relativa ao crescimento da população portuguesa no período de 1878 a 1930 ⁽⁵⁰⁾. Só que as perspectivas do crescimento demográfico, abertas pela intensificação da actividade agrícola, assemelham-se, embora com alguns séculos de distância, ao que se havia verificado durante a “época romana”, numa das “regiões senão mais povoadas pelo menos melhor organizadas” ⁽⁵¹⁾, acabando por contribuir, devido ao esgotamento das “reservas de azoto e de matérias orgânicas acumuladas durante dezenas de anos de cultura intermitente ou nula” ⁽⁵²⁾, para que a cultura do trigo se tenha tornado rentável e muito sensível às “inclemências” do clima. Consequentemente, deu-se uma quebra dos valores da produção, que, ultimamente e em menos de uma década, passou de 604 milhares de toneladas em 1972, para 430 milhares de toneladas em 1980.

A situação é algo semelhante à dos nossos dias, cujas raízes parecem remontar ao tipo de organização social e fundiária legada pelos Romanos, já que a “herdade alentejana e o ‘monte’, correspondem à ‘villa rústica’, com a multidão de clientes e a organização complexa da lavoura” ⁽⁵³⁾

A análise da evolução da população portuguesa, feita anteriormente, acentuou a interferência de outros factores, além da natalidade e da mortalidade, no seu crescimento. Daí que tenhamos indicado a emigração como a principal responsável por algumas perdas, o que não impede, a nível regional, que se tenha detectado a existência de outros movimentos da população, acabando por agravar certos desequilíbrios já existentes, e que a partir dos anos 50 se tornaram bastante significativos em alguns dos distritos portugueses.

Com efeito, se atendermos aos valores da população em 1950, verificamos que os 7,9 milhões de habitantes se encontravam desigualmente repartidos pelas diferentes regiões do território, representando somente a população residente nos distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto e Aveiro 30% dos habitantes do Continente. Daí que as maiores densidades fossem aí registadas, com um máximo de 200 hab/Km² em Braga, 179,0 hab/Km² e 178,5 hab/Km², respectivamente, nos distritos do Porto e Aveiro e 132,6 hab/Km² no de Viana do Castelo. Valores bastante elucidativos do “formigueiro humano” característico do Noroeste português, depois de um período de relativa acalmia do fenómeno emigratório.

Situando-se então a média do Continente em cerca de 90 hab/Km², verifica-se que decorridas três décadas, em 1981, a média global ascendeu para 107 hab/Km², correspondendo a um aumento de 17,3%. Acréscimo aliás verificado num número reduzido de distritos, já que apenas Aveiro, Braga, Coimbra, Leiria, Lisboa, Porto e Setúbal viram a sua população

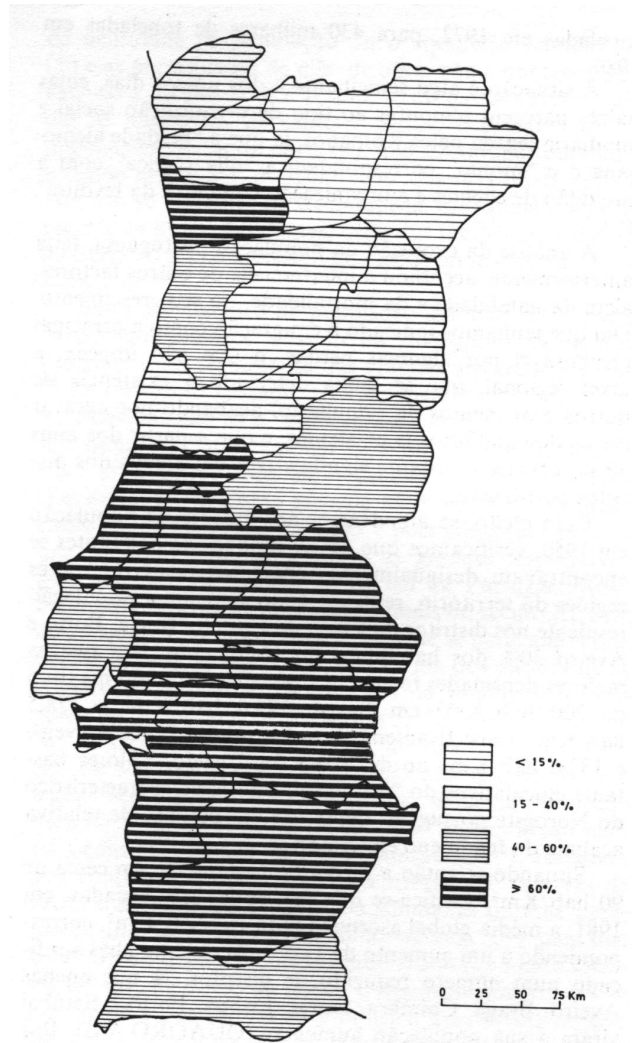


FIG. 5

aumentar (QUADRO VII). Por essa razão as densidades populacionais se tornaram mais frouxas nas restantes áreas, sem que tal tenha correspondido a uma redução efectiva da ocupação humana, em virtude do alargamento dos perímetros construídos, sobretudo nos locais de forte emigração, mas à perda de moradores. Foi aliás, o que se verificou no distrito da Guarda, o único do Continente, em que a população actual é inferior à dos finais do século passado. Isto não significa, no entanto, que o referido distrito seja das áreas menos povoadas (37,3 hab/Km² em 1981) como sucedia nos distritos de Beja, Portalegre e Évora, onde o número de habitantes por Km² era, na mesma data, respectivamente de 18,2 e de 24. Apesar do relativo acréscimo da população, ocorrido anteriormente, quando do alargamento das áreas de cultura cerealífera, numa “terra vasta e uniforme, escassamente povoada, assolada pelas guerras da Reconquista” e na qual “talharam os primeiros reis os limites de enormes doações” ⁽⁵⁴⁾.

Embora fraccionadas, algumas delas têm persistido ao longo dos séculos, vindo a acentuar os mesmos tipos de ocupação humana e do solo que se verificaram desde o termo daquele movimento. Como sucedeu, aliás, noutras áreas do território, onde persistem formas bem diferenciadas do povoamento rural, definidas por O. Ribeiro como a “expressão de relações entre o homem e a terra, resultante, por um lado, de condições naturais, por outro da forma de colonização, modos de vida, sistemas de exploração...” ⁽⁵⁵⁾. Tais condições são expressas na

paisagem, através de uma disseminação das habitações e seus logradouros pelo campo — povoamento disperso — ou revelando uma maior coesão entre aquelas (mas separadas das áreas de cultivo) — povoamento aglomerado e concentrado. Embora com forma intermédias, a dispersão do povoamento é um fenómeno essencialmente atlântico, assente numa intensa actividade agrícola, ligada à policultura, e irrigação frequentes.

Ainda que característica do Noroeste — “onde os últimos núcleos de população aglomerada se despovoaram e arruinaram na época lusitana-romana, quando as vilas ou quintas e os casais das terras baixas sucederam aos castros alcandorados nas colinas” ⁽⁵⁶⁾, esta forma de povoamento acabou por se divulgar ao longo dos vales férteis, que atingem o interior, e em todo o litoral português, onde se reveste de algumas particularidades, sobretudo nas áreas de colonização mais recente da Beira Litoral e Estremadura, seguindo o traçado das vias de comunicação — dispersão ordenada.

QUADRO VII
VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO
(1950-1981)

DISTRITOS	POPULAÇÃO residente (1950)	ACRÉSCIMO 1950-1981
AVEIRO	483 396	139 592
BEJA	291 024	-102 604
BRAGA	546 302	162 622
BRAGANÇA	228 358	-41 106
CASTELO BRANCO	324 577	-90 347
COIMBRA	438 688	2 364
ÉVORA	221 881	-41 604
FARO	328 231	-4 697
GUARDA	307 667	-102 036
LEIRIA	395 990	24 239
LISBOA	1 222 471	846 996
PORTALEGRE	200 430	-57 252
PORTO	1 053 522	508 765
SANTARÉM	460 193	-6 070
SETÚBAL	325 646	332 680
VIANA DO CASTELO	279 486	-22 672
VILA REAL	319 423	-55 042
VISEU	494 628	-70 980
CONTINENTE	7 921 913	1 414 847
AÇORES	318 558	-75 148
MADEIRA	269 769	-21 301
TOTAL GERAL	8 510 240	1 293 102

Bem diferente é a realidade no interior e no sul do país, devido quer à própria natureza do solo e clima, quer às formas de organização social e económica, que identificam por um lado o Nordeste e a Beira Transmontana e por outro, a planície alentejana, onde as formas de povoamento mais características são, no primeiro caso, a aglomeração. Nisso se traduziu a necessidade que levou os seus habitantes a associarem-se “na luta contra o isolamento e contra o meio avaro e hostil, continuando assim as tradições do povoamento aglomerado próprio de outras eras de menor estabilidade” ⁽⁵⁷⁾. E, no segundo caso, o agravamento de certas condições naturais, como a falta de água, responsáveis pelo afolhamento e pela “cultura dos terrenos, quase sempre com longos períodos de pousio” ⁽⁵⁸⁾.

3 — Composição e estrutura da população

As alterações já assinaladas acerca do crescimento da população portuguesa tiveram, a nível regional, os seus reflexos na estrutura, por sexo, idade e actividades dos seus habitantes. O que não será difícil de compreender se tivermos em conta o número elevado de saídas para o estrangeiro, registadas a partir dos anos 50 e que foram inicialmente constituídas por um contingente numeroso de jovens-adultos e adultos do sexo masculino, a que se juntaram, em data posterior, os emigrantes do sexo feminino e as crianças, através de um processo de

reagrupamento familiar. Daí que, a nível global, tais perdas se tenham começado por reflectir na estrutura por sexos da população residente: 1,9 milhões de homens e 2,0 milhões de mulheres, no Continente em 1864, e 4,5 milhões de homens e 4,8 milhões de indivíduos do sexo oposto em 1981.

Se analisarmos estes dados a nível distrital, através da relação H/M (Sex-ratio) eles ganham, porém, outro significado, principalmente se tivermos em conta as características sócio-económicas da população residente e a influência dos movimentos migratórios. Constata-se que em 1864, no começo do nosso século — em 1900 — e mesmo em 1950, surgem alguns distritos, sobretudo os do Alentejo, onde a relação H/M é superior à unidade — traduzindo neste caso, um excedente da população masculina sobre a do sexo oposto (QUADRO VIII). Situação que de algum modo poderemos justificar pela saída desta última para os centros urbanos fora desta área, em particular para Lisboa, onde se empregavam nos serviços domésticos. Ou, pelo contrário, à fixação local da mão de obra masculina, por razões de trabalho. Tal facto observou-se não só em alguns concelhos do país, mas sobretudo em Lisboa, com o aumento dos serviços, e em Setúbal, em consequência da implantação de numerosas indústrias na margem sul do rio Tejo a partir dos meados do nosso século.

A intensificação dos movimentos emigratórios a partir igualmente desta data, e envolvendo um número crescente de mulheres, acabou por provocar um maior equilíbrio de sexos, mas acentuou, nas áreas de forte emigração, as carências de mão de obra masculina. É o que se pode comprovar pela análise de alguns valores,

como os do distrito de Viana do Castelo, onde em 1970, por exemplo, a relação era de 77 homens para 100 mulheres residentes. Valor que o permitia caracterizar como um dos mais desequilibrados do Continente (registando valores da ordem dos 67,5 e 68,4 nos concelhos de Caminha e Vila Nova de Cerveira), como aliás, já sucedera em 1900 — facto que abona a favor da antiguidade e da persistência do fenómeno emigratório, não só nesta área, mas ainda em todo o noroeste português. Nas mesmas circunstâncias, poder-se-ão ainda incluir os distritos de Braga, Porto, Aveiro e mesmo o de Viseu, onde aquela relação se situava, em 1970, abaixo dos 90%.

QUADRO VIII
SEX-RATIO DA POPULAÇÃO
PORTUGUESA
(n.º de homens/ 100 mulheres)

DISTRITO	1864	1900	1950	1970	1981
Aveiro	88	84	90	89	93
Beja	109	106	102	97	99
Braga	83	82	92	89	93
Bragança	105	100	100	94	98
Castelo	98	98	97	91	92
Coimbra	92	87	88	87	89
Évora	111	107	100	94	95

Faro	102	101	98	94	97
Guarda	98	93	94	87	92
Leiria	99	96	96	94	95
Lisboa	108	107	90	87	91
Portalegre	110	104	100	92	94
Porto	85	87	89	89	92
Santarém	101	98	97	91	93
Setúbal	—	—	103	96	97
Viana do	86	77	84	77	82
Vila Real	99	92	98	94	96
Viseu	93	86	92	89	92
Continente	96	93	93	90	93
Ilhas	85	85	94	90	90

Uma outra consequência da intensidade de saídas para o estrangeiro, favorecida, internamente, pela redução das taxas de natalidade e aumento da esperança de vida (estimada em 1979 em 67,4 anos para os homens e 74,7 anos para as mulheres), tem sido o envelhecimento progressivo da população portuguesa. Como o demonstra, aliás, a percentagem elevada de idosos (habitantes com mais de 60 anos), que em 1900 representavam apenas 9,8% da população total; 10,5% em 1950, e em 1979, 14,3% (FIG. 6). Este valor é bastante considerável, mas não deveria ser

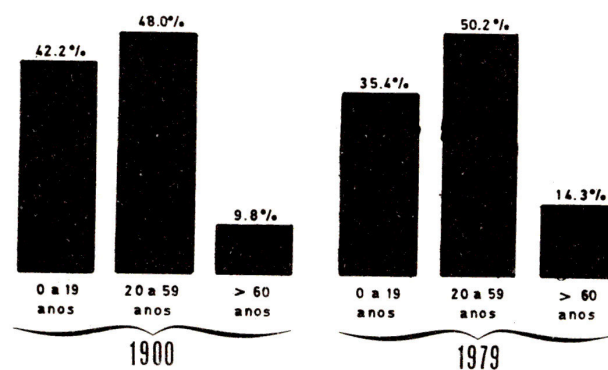


FIG. 6

interpretado como alarmante se as perspectivas de rejuvenescimento não viessem a tornar-se diminutas, devido às quebras de natalidade e ao decréscimo da população jovem, já que, na mesma data, se contavam apenas 35,4% dos seus moradores com idade inferior aos 19 anos.

Embora recorrendo a outros dados, não deixa de ser oportuno notar a existência de vários indicadores que acentuam alguns dos desequilíbrios já nossos conhecidos, como se pode constatar através dos respectivos índices de envelhecimento. Com efeito, a relação entre a população residente com mais de sessenta anos e a população com menos de vinte anos — índice de envelhecimento — agravou-se ultimamente, tendo passado de 27,3% em 1950 para 39,8% duas décadas depois, em 1970. O acréscimo foi particularmente significativo nos distritos do interior

e no Sul do país — Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Évora, Beja e Faro — vindo por outro lado a acentuar as condições, algo repulsivas, que justificavam as saídas da população mais jovem (FIG. 7).

Essa relação era menos acentuada nos distritos de Braga, Porto, Aveiro, Leiria, Lisboa e Setúbal, onde aliás se verificava a maior possibilidade de substituição das gerações mais antigas, em consequência do maior peso dos jovens e jovens-adultos (população entre os 15 e os 30 anos) e a sua maior capacidade de procriação. Mesmo a nível regional, estes dados são bastante significativos das alterações ocorridas no regime demográfico português, assemelhando-se às que, há mais de um século, afectaram os países do Ocidente europeu, no começo da sua revolução industrial.

Quedemo-nos, finalmente, na análise da população activa, a qual, reflectindo a maior intensidade dos movimentos emigratórios, devido à libertação dos excedentes do sector primário, acentua um processo de industrialização crescente, extensivo, de modo genérico, a todo o Continente. Bastará para o efeito recorrer aos valores conhecidos, no início do século, quando mais de 62,2% da população activa estava ocupada no sector primário (agricultura, silvicultura, caça e pesca) e somente um terço no sector dos serviços (terciário). Ocorrência facilmente justificada, se tivermos em conta a situação industrial herdada do século anterior, caracterizada pelo seu pendor artesanal e localização circunscrita às regiões de Lisboa, do Porto, e, eventualmente, a pequenas bolsas industriais do centro, ou mesmo do interior do

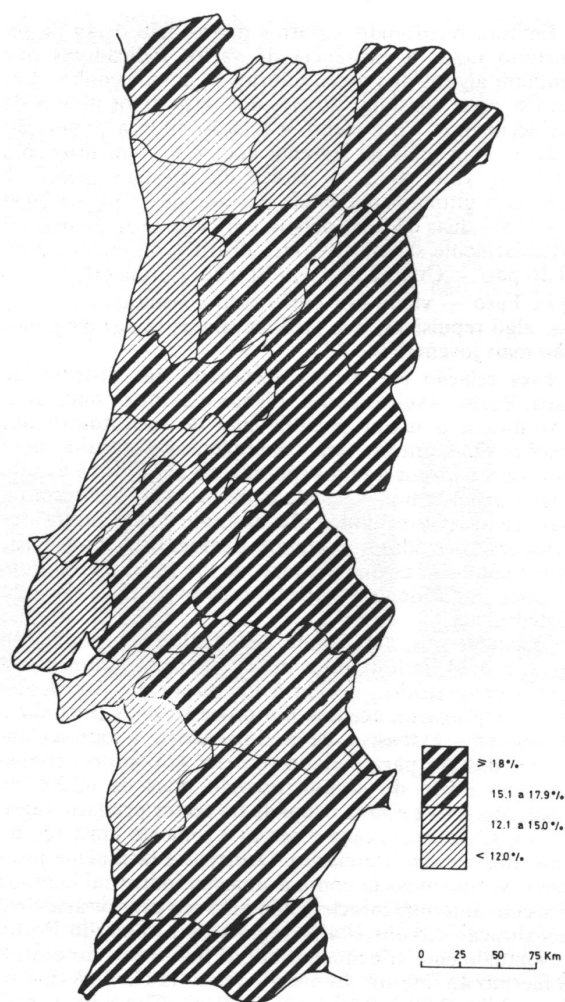


FIG. 7

país — casos da Covilhã (indústria textil) e Marinha Grande (vidros). Contudo, o processo de desenvolvimento industrial, encetado durante a 1.^a República (1910-1926), acentou-se durante a segunda Guerra Mundial, tendo a partir dos anos 60 sofrido novo impulso, depois da abertura do sector aos capitais estrangeiros, dominados pelos grandes grupos económicos, que se fixaram em Portugal.

Daí o aumento progressivo da população no sector secundário — 23% em 1950 — superando a partir da década de 60 a mão de obra ocupada no primário, cujos excedentes foram parcialmente absorvidos por aquele sector, ou por alguns serviços que então foram criados devido ao processo de industrialização, mas sobretudo, pela emigração, em que os assalariados e os pequenos e médios empresários rurais participaram em largo número.

Mesmo assim, não deixa de ser particularmente relevante registar que em cerca de 2/3 dos distritos do Continente a população ocupada no sector primário representava, em 1950, pelo menos 60% dos activos aí residentes, percentagem que baixou para menos de 1/3 em 1970.

Já a estrutura da população activa no sector secundário era preponderante em alguns dos distritos do litoral, da ordem dos 40% em Aveiro, Braga, Porto e Setúbal — contrariamente ao que se verificava em Lisboa, onde a maior percentagem cabia ao sector III, com cerca de 60% dos activos (FIG. 8).

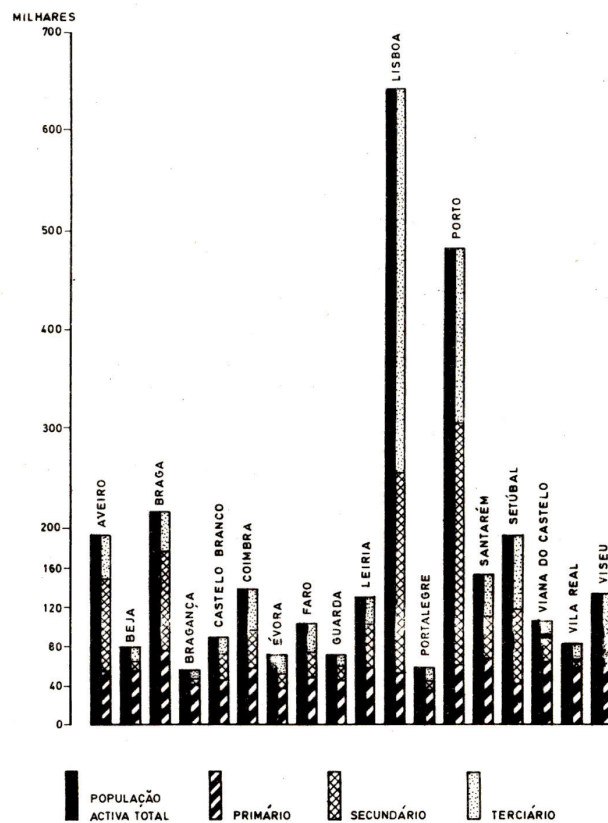


FIG. 8

III/A POPULAÇÃO E O TERRITÓRIO: SEMELHANÇAS E CONTRASTES

“Portugal... é, em geral, um anfiteatro de montanhas levantado em frente do Oceano. Esta circunstância caracteriza para logo as regiões de um modo também geral, dividindo-as em duas categorias: as marítimas e as interiores; as cis — e as transmontanas; as que estão directamente expostas à acção das brisas marítimas, e os declives orientais, os vales interiores, e os degraus ou socacos das serras encobertas aos bafejos do mar por cumeadas ocidentais sobranceiras”.

OLIVEIRA MARTINS

“A Terra e o Homem”
História de Portugal

1 — De natureza geográfica

As dissemelhanças já notadas relativamente a alguns dos aspectos da demografia portuguesa têm igualmente a sua expressão na paisagem, sendo ditadas pelas condições de relevo, clima e solos, muito diferenciadas em todo o Continente. Bastará para o efeito recordar o “contraste entre as serranias e planaltos do Norte, cortados de vales estreitos e fundos e as vastas e monótonas planuras do Sul, donde apenas emergem, distantes e separados, cimos e cristas” ⁽⁵⁹⁾. Afeiçoadas, num e noutro caso, por acidentes locais, que permitem o desenvolvimento de uma faixa plana ao longo do litoral, do Minho ao Sado, ou o aparecimento de pequenos acidentes junto à costa, no Alentejo. Unidade geográfica onde mais de 95% da sua superfície se situa abaixo dos 400m de altitude, contra 53% apenas do território, a norte do Rio Tejo ⁽⁶⁰⁾.

Embora com um relevo muito diversificado, a metade setentrional é ainda atravessada por inúmeros vales — alguns particularmente desenvolvidos — vindo a permitir uma certa penetração das influências marítimas no interior do país e contrariando, de algum modo, a tendência para a aridez e secura, ditada pela proximidade da “Meseta”. Estes aspectos são ainda favorecidos pelas condições climáticas que se verificam sobre o território português, em virtude da convergência “dos ventos dominantes de Oeste,

que se carregaram de humidade sobre o oceano, e da faixa de ar seco e límpido das latitudes subtropicais”
(61)

Duas influências bem distintas, permitindo separar “um Portugal Atlântico, ao Norte, com um verão moderado e curto e um Inverno bem marcado, com chuvas abundantes e humidade constante”, dum Portugal Mediterrânico, a Sul, onde a ausência de nebulosidade e um “Verão longo e quente” favorecem certas semelhanças com as da bacia do Mediterrâneo. Contrastes, que são igualmente acompanhados pelo tipo de revestimento florestal: pinheiro marítimo e árvores de folha caduca a Norte, vegetação mediterrânica (figueira, amendoeira e alfarrobeira) no Algarve e montados (sobreiro e azinheiras) no Alentejo. Os padrões de povoamento mais não fazem que reforçar esses contrastes: dispersão nas áreas de maior influência marítima, concentração e aglomeração no interior e sul do país.

Reflectindo ainda uma certa oposição litológica, afeiçãoada pelo relevo e clima, encontramos diferentes aptidões do solo, que se podem traduzir numa certa aptidão agro-pecuária: distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Aveiro, Leiria, Lisboa e eventualmente Bragança, Coimbra e Vila Real; e florestal: Santarém, Setúbal, Braga e Faro; ou referindo grandes limitações para quaisquer dessas actividades: casos de Viseu, Guarda e Castelo Branco.

Razões que em parte justificam alguns dos desequilíbrios já assinalados, estando ainda na origem do aparecimento de muitos outros ligados às condições de vida e às assimetrias regionais, características do Continente português. Com efeito,

verifica-se que a distribuição da população, permite individualizar duas grandes áreas: “uma, constituída pela faixa costeira ocidental entre Braga e Setúbal e estendendo-se trinta a quarenta quilómetros para o interior”, correspondendo a “cerca de $1/4$ da superfície total do Continente, tem cerca de $2/3$ da população total e a ela correspondem $4/5$ do produto total e $9/10$ da produção da indústria transformadora. Aí se situam também as melhores vias de comunicação, a maior e melhor parte do equipamento colectivo, a maioria dos serviços de informação e (especialmente em Lisboa), a maior parte da capacidade de decisão política, económica, cultural e financeira — em suma, o poder”.

A outra, abrange praticamente o “resto do território (com possível excepção do Algarve, em que o desenvolvimento turístico originou oportunidades e problemas especiais)” e em que, com exclusão de “algumas zonas pequenas e pouco representativas, a actividade produtiva predominante é a agricultura, frequentemente uma agricultura sub-desenvolvida e pobre, peada por métodos arcaicos, tecnologias obsoletas e estruturas inadequadas” ⁽⁶²⁾.

Esta descrição bastante completa da realidade socio-económica portuguesa ajudará a compreender a grande concentração urbana e os movimentos da população, que afectaram indistintamente as duas áreas.

2 — De natureza funcional

O aumento das aglomerações urbanas no Continente é um dos primeiros reflexos do desenvolvimento das actividades marítimas e portuárias e do comércio, das necessidades de defesa e da importância crescente das funções administrativas, religiosas e culturais, favorecidas, na actualidade, pela melhoria das condições de circulação e, sobretudo, pelo processo de industrialização responsável pelo desenvolvimento posterior.

Como assinala O. Ribeiro ⁽⁶³⁾, se com a “estabilização do liberalismo” e com o “progresso técnico consecutivo à revolução industrial”, as cidades entram na “fase moderna da sua vida”, foi sobretudo no decurso da última guerra e nos anos seguintes que se verificou um maior surto urbano, em consequência do “investimento na construção urbana dos capitais obtidos com a exploração do volfrâmio e outras especulações da guerra, generalização de modernas técnicas de construir,... aumento da tracção mecânica, tanto nos veículos de serviço público como nos particulares ou aplicadas à indústria e ao comércio” ⁽⁶⁴⁾. A isso se seguiu um aumento e a criação de novos serviços públicos, administrativos e da actividade comercial, abrindo assim novas oportunidades de emprego.

Este processo, que não foi atenuado por um acréscimo significativo dos postos de trabalho ou da melhoria das condições de vida e de estabilidade das populações rurais (que à data constituíam a grande massa da população activa portuguesa), foi o principal responsável pelo incremento das migrações internas

— “da aldeia à pequena cidade vizinha, desta a outra mais importante, e só posteriormente ao grande aglomerado urbano” ⁽⁶⁵⁾. Ou, a partir daqui, para outros centros no estrangeiro, quando as portas se franquearam.

Assim se justifica, por conseguinte, o aumento significativo do número de cidades (designação meramente honorífica), que passaram, no Continente, de menos de três dezenas em 1864 para cerca de quatro dezenas em 1930. Corrigindo aquela designação, o Recenseamento de 1960 definiu um novo conceito — o de centro urbano — que para além de incluir as capitais de distrito, contemplava os aglomerados populacionais com 10.000 e mais habitantes, vindo a permitir, sobretudo nos decénios de 60 e seguinte, a ascensão de muitas aglomerações — sobretudo da periferia de Lisboa e do Porto — a esta categoria (FIG. 9).

Com efeito, o número de habitantes residentes nestes centros ultrapassava, no Continente, os 2,8 milhões de indivíduos em 1981 — menos de 1/3 da população residente — dos quais 1,9 milhões residiam em centros urbanos dos distritos de Lisboa e do Porto (QUADRO IX), abarcando indistintamente aglomerações dotadas de vida própria e funções específicas (como sucede com Cascais, Póvoa de Varzim ou Vila do Conde), ou bastante dependentes do “complexo” urbano da capital e por isso prevalecendo a função de “dormitório”, como na Brandoa, em Carnaxide, e Agualva-Cacém. Nalguns casos porém, embora a vida local esteja intimamente ligada à da grande urbe, aquelas não deixam de ter uma certa individualidade, como se verifica em Algés,

Queluz, V. F. Xira e muitos outros centros na periferia de Lisboa ou em Vila Nova de Gaia, paredes meias com a cidade do Porto. Como centros de menores dimensões, citam-se três das capitais de distrito — Braga, Coimbra e Setúbal — com mais de 60.000 habitantes cada (respectivamente 63,7, 71,8 e 76,8 milhares) e eventualmente Almada e o Barreiro, com 41,4 e 50,7 milhares, cada. De realçar o acréscimo significativo da população urbana em todo o Continente (ou mesmo nos Açores e na Madeira), percentagem que não ia além dos 21,2% em 1950 quando, no início do século, não ultrapassava os 15,8%, segundo critérios que tinham em conta centros com menos de 10.000 habitantes, como sucedia à quase totalidade das cidades então existentes.

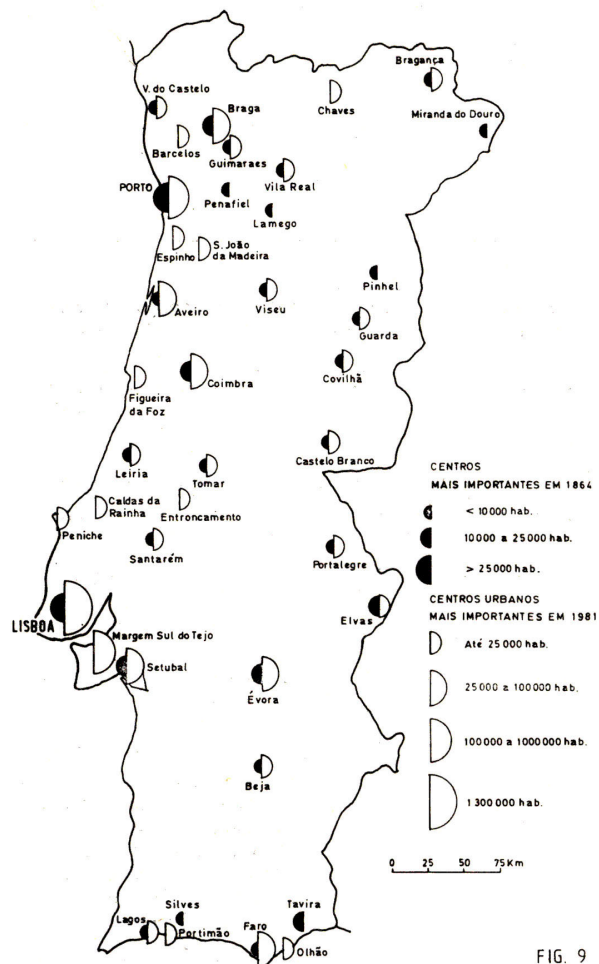


FIG. 9

QUADRO IX
CENTROS URBANOS (1981)

(a) * total da Pop. resid. em C.U.		% de a) em rel. à pop. total do distrito	Aglomerados populacionais de 10.000 e mais habitantes
Aveiro	58 277	9,3	Aveiro, Espinho e S. João da Madeira
Beja	19 682	10,6	Beja
Braga	96 666	13,8	Barcelos, Braga e Guimarães
Bragança	13 949	7,7	Bragança
C. Branco	43 521	18,7	C. Branco e Covilhã
Coimbra	84 590	19,1	Coimbra, F. da Foz
Évora	34 072	19,0	Évora
Faro	77 596	24,0	Faro, Lagos, Olhão e Portimão
Guarda	13 118	6,4	Guarda
Leiria	43 689	10,3	C. Rainha, Leiria e Peniche
Lisboa	1 334 467	64,7	A-Cacém; Algés; Alg.-M. Martins; A. Ribatejo; Amadora; Brandoa; Camarate; Carnaxide; Cascais; Damaia; Linda-a-velha; Lisboa; Moscavide; Odivelas; Oeiras; P. Arcos; Parede; Pontinha; Pov. de Stº Adrião; Queluz; Sacavém; T. Vedras e V. F. de Xira.

Portalegre	27 497	17,4	Elvas; Portalegre
Porto	547 229	35,3	Aguas Santas; Gondomar; Leça da Palmeira; Matosinhos; Oliv. do Douro; P. de Varzim; S. M. Infesta; Valbom; V. do Conde e V. N. Gaia.
Santarém	39 995	8,8	Entroncamento; Santarém e Tomar
Setúbal	326 899	50,4	Almada; B. Banheira; Barreiro; Corroios; C. Piedade; Cruz de Pau; Laranjeiro; Lavradio; Feijó; Montijo; Quinta da Lomba; Setúbal.
V. Castelo	15 138	6,0	V. do Castelo
V. Real	25 306	9,6	Chaves e Vila Real
Viseu	21 018	5,0	Viseu
Continen.	2 822 709	30,4	
R. Aut. Açores	33 969	13,5	Ang. Heroísmo; Ponta Delgada
R. Aut. Madeira	48 638	18,5	Funchal

* Dados provisórios

C.U.: Centros Urbanos

Dependente não só do número de habitantes mas ainda do tipo de equipamentos e das funções existentes, grande parte destes aglomerados têm uma importância regional, que pode ser ainda avaliada pelas condições de acessibilidade e da sua atracção sobre as populações vizinhas. Tais condições são

facilmente identificáveis através da análise dos fluxos ferroviários (e mesmo rodoviários) de transportes colectivos de passageiros ou mesmo pelos tempos gastos nas deslocações. Sobretudo estas, já que, segundo os dados referentes a 1970, mais de 400.000 pessoas, ou seja 5% da população presente no Continente, residia em zonas de acessibilidade muito fraca e cerca de 25% em “zonas desfavorecidas sob o ponto de vista dos transportes” ⁽⁶⁶⁾. Facto aliás bem elucidativo quando se comparam os tempos mínimos de deslocação em transportes ferroviários de passageiros a partir da “Grande Lisboa” e em particular, quando nos referimos ao “longínquo” Nordeste transmontano (FIG. 10).

A observação desta figura, que poderia ser completada com outros exemplos relativos aos fluxos de transportes rodoviários e ferroviários, permite acentuar como as facilidades de circulação diminuem do litoral para o interior, “coincidindo as áreas onde é predominante a população que trabalha na agricultura com aqueles onde, de uma maneira geral, se verificam menores acessibilidades” ⁽⁶⁷⁾. Este facto está de acordo, aliás, com a distribuição dos empregos na indústria e no sector terciário e de algum modo justifica os níveis de atracção-repulsão, particularmente conhecidos na maior parte dos concelhos do interior do país.

3 — Os movimentos da população

Como anteriormente constatámos, o crescimento urbano no Continente não é um fenómeno recente,

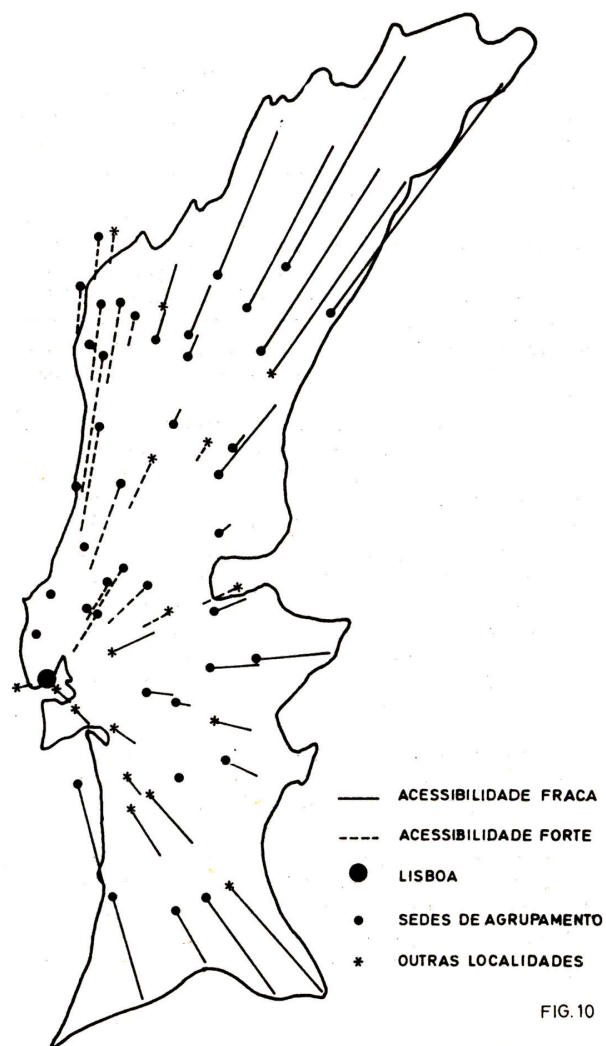


FIG.10

muito embora só episodicamente outras áreas do país, como o Alentejo, e de forma contínua os concelhos urbanos próximos de Lisboa, Porto e Setúbal, tenham apresentado uma dinâmica capaz de absorver os contingentes de mão de obra excedentários nas áreas rurais, dotadas de maior pressão demográfica e de certa fragilidade dos meios de subsistência. Já a nível concelhio, são bastantes os exemplos onde poderíamos associar o fenómeno industrial ao maior poder de atracção, registados durante alguns períodos ⁽⁶⁸⁾. Assim aconteceu, por exemplo, entre os anos 30 e 60 em S. João da Madeira e Aveiro e de modo descontínuo noutros concelhos do Continente, como em Guimarães, V. N. de Famalicão, Santo Tirso, Covilhã, Leiria, Marinha Grande e tantos outros.

Além das migrações internas, responsáveis não só pelo crescimento dos principais centros urbanos mas, sobretudo, das suas áreas periféricas, as saídas para o estrangeiro, se bem que actualmente diminutas — apenas 10.250 emigrantes em 1982 — são mais uma prova da “nossa desordem económica” ⁽⁶⁹⁾, que, de maneira bastante persistente, tem afectado a sociedade portuguesa ao longo dos vários séculos.

Reportando-nos à situação presente, verificamos que a emigração se reacendeu no decurso da década de 50 para, durante a década seguinte e primeiros anos de 70, até 1974, ter sofrido um considerável impulso. Ocorrência que não poderá ser justificada apenas por razões internas, meramente estruturais, assentes na incapacidade de absorção de mão de obra, sobretudo nas áreas rurais (onde as taxas de natalidade eram das mais elevadas), quer pela falta de novos empregos na indústria e de reformas no sector

agrícola, quer pela desmobilização crescente dos jovens que deixaram o serviço militar (no período da guerra colonial), mas ainda por um conjunto de factores conjunturais verificados durante esse período.

Tiveram particular destaque as carências de mão de obra sentidas no Ocidente Europeu, necessária para a reconstrução da economia dos países afectados pela guerra, às quais se associaram, do outro lado do Atlântico, as mesmas oportunidades — na indústria e eventualmente noutras tarefas, em países como os E.U.A., a Venezuela e o Canadá — traduzindo, como no primeiro caso, a persistência de um movimento mais antigo que, à semelhança do Brasil, teve alguma relevância no início do nosso século.

Daí que a perspectiva de emprego e as remunerações oferecidas nesses países (facilitadas localmente por determinadas formas de recrutamento oficial e tantas vezes por importantes redes de empregadores), viessem a provocar uma expatriação maciça de portugueses durante toda a década de 60 e primeiros anos da seguinte.

QUADRO X
EMIGRAÇÃO PORTUGUESA
(1960 – 1980)

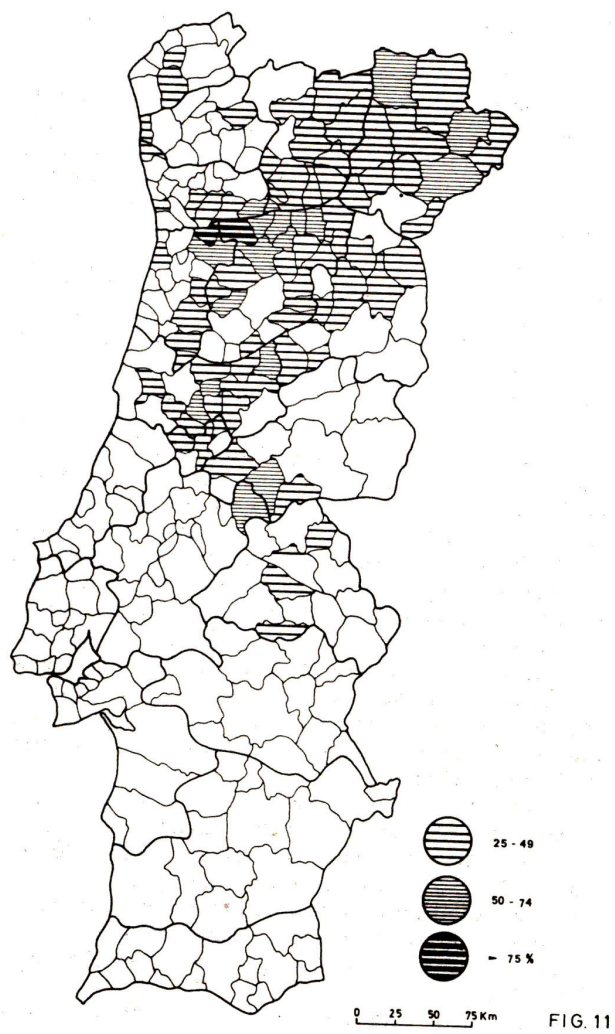
	EMIGRAN- TES (Total)	%
AVEIRO	73 523	8,7
BEJA	15 124	1,8
BRAGA	85 469	10,1
BRAGANÇA	31 786	3,8
C. BRANCO	41 323	4,9
COIMBRA	33 816	4,0
ÉVORA	5 324	0,6
FARO	33 750	4,0
GUARDA	46 963	5,6
LEIRIA	77 355	9,2
LISBOA	103 141	12,2
PORTALEGRE	3 649	0,4
PORTO	86 934	10,3
SANTARÉM	38 532	4,6
SETÚBAL	24 173	2,9
VIANA DO CASTELO	48 635	5,8
VILA REAL	41 372	4,9
VISEU	52 492	6,2
CONTINENTE	843 361	100,0
AÇORES	152 390	—
MADEIRA	61 001	—
TOTAL (oficial)	1 056 752	—

O fenómeno foi extensivo a todo o território português (Continente e Regiões Autónomas dos Açores e Madeira) e particularmente relevante nos distritos mais populosos do Porto, Braga, Leiria e Aveiro, de onde saíram cerca de 40% dos emigrantes

legais registados entre 1960 e 1980. Sem que, no entanto, esse movimento deixasse de ser notório nos distritos do interior e do sul, onde se acentuou a partir dos meados da década de 60.

É o que de algum modo podemos analisar através da comparação dos valores referentes à emigração durante o período compreendido entre 1960 e 1980 (QUADRO X), período correspondente não só ao “boom” deste movimento, mas ainda à modificação de algumas das suas características: incremento da emigração clandestina e familiar e da corrente intra-europeia, em desfavor da transoceânica, a única que, durante séculos, absorveu o maior número de emigrantes — saídos principalmente dos distritos de Aveiro, Braga e Viseu, focos tradicionais da emigração para o Brasil, país onde as condições de trabalho, que em regra lhes eram reservadas, pouco as distinguia das existentes nos anos anteriores à abolição da escravatura, quando a mão de obra negra proveniente do Continente africano foi em grande parte substituída por naturais do Continente e Ilhas.

Bastante elucidativa nos parece uma descrição sobre as condições em que os emigrantes portugueses eram aí recebidos: “A emigração tumultuária, filha da avidez dos traficantes e engajadores, dava aqui ocasião constante a bárbaras cenas exercidas sobre os nossos desgraçados e iludidos compatriotas, porque, vindos em chusma e constrangidos a passar de bordo das embarcações para os engenhos, ou entregues por diminuto preço às pessoas que só os procuravam para suprir a escassez de braços escravos, eram tratados pior do que estes e, quando fugidos a bárbaros tratos,



procurados por anúncios nos jornais como negros fugidos”⁽⁷⁰⁾.

Afectando sobretudo os jovens e adultos de ambos os sexos, este período da emigração portuguesa, que durante séculos podemos identificar com a sua “fase de juventude”⁽⁷¹⁾, conheceu igualmente um grande número de saídas de crianças, conforme se pode ler num documento escrito no termo do terceiro quartel do século passado: “É raro hoje o homem feito que aborda a estas praias, limitando-se a emigração a rapazes menores de 14 anos, que fogem ao recrutamento e sua fiança”⁽⁷²⁾. Embora os valores referentes a este movimento se tenham alterado desde os últimos anos da década de 20 e da crise económica posterior, as saídas para o Brasil persistiram elevadas até 1963, data em que a França passou a constituir o principal destino da emigração portuguesa.

Deixando, por agora, de analisar com algum detalhe este fenómeno, parece-nos útil comparar a sua extensão no Continente, analisando-o, desta vez, em termos de preferências emigratórias. Para isso escolhemos os exemplos do Brasil, da França e da Alemanha, por evidenciarem os aspectos mais sugestivos das alterações recentes nos destinos da emigração portuguesa e do seu contributo em relação ao total de saídas. E que nos dá, embora de uma maneira aproximada, uma ideia das “preferências” legais, ou ainda das clandestinas, verificadas a nível regional, sobretudo em determinados concelhos raianos do norte e centro de Portugal, onde as saídas para França foram particularmente relevantes.

Ainda que em valores percentuais, as saídas para o Brasil foram assinaláveis na metade setentrional do país, persistindo, na actualidade, em alguns concelhos do distrito de Aveiro — Arouca e Castelo de Paiva, por exemplo — e noutras áreas do vale do Douro, da Beira Alta e do Nordeste transmontano, recordando, em quaisquer dos casos, uma certa tradição e apego pela emigração tradicional (FIG. 11).

Já, as saídas para a França, que durante o mesmo período se generalizaram a todo o território, realçam, em concelhos da região fonteiriça, de Sabugal a Melgaço, ou mesmo em zonas do litoral — Pombal e Vila Nova de Ourém, — o interesse pela emigração intra-europeia (FIG. 12), bem como, tantas vezes, o reforço do movimento de clandestinos, devido quer à actividade dos “passadores” ou às maiores facilidades na travessia “a salto” da fronteira entre Portugal e Espanha.

A análise da FIG. 13 tem para nós um outro significado: o de mostrar o carácter recente da emigração para França e sobretudo para a Alemanha ocorrida no Alentejo. À semelhança do que se verificou noutros concelhos do centro e sobretudo no Norte: distritos de Viseu, Braga, e Vila Real. Só que, enquanto nestas áreas as saídas para a R.F.A. correspondem à diversificação de um movimento, já alicerçado nas tradições locais, a sul do Tejo acentuam uma possibilidade de abertura da sociedade rural (representada pelos “latifundiários” e pela enorme massa de camponeses e proletários alentejanos), à emigração para a Europa.



FIG. 12

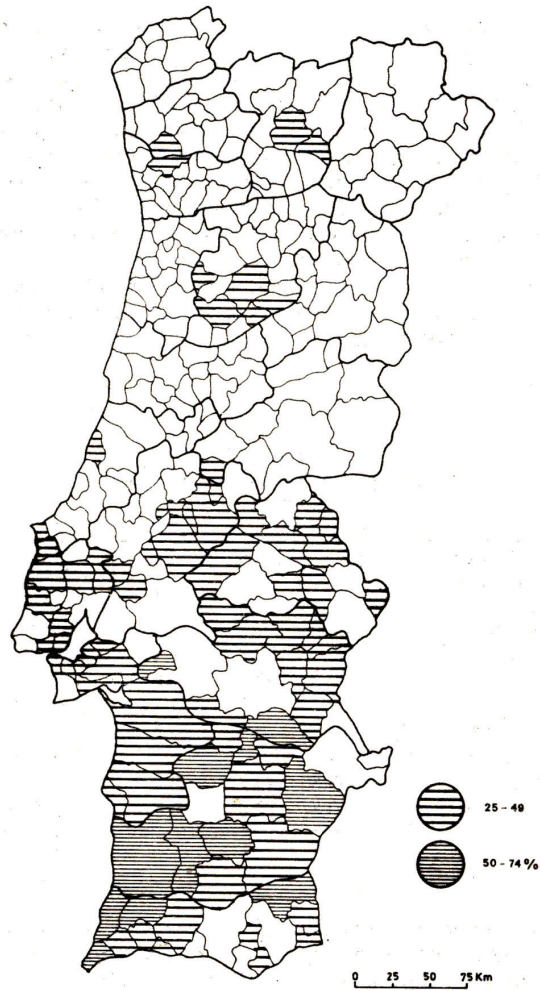


FIG. 13

Animados por diferentes motivações, que não só as de ordem económica e social, mas tantas vezes ainda por discordância com a política do regime anterior, a intensificação destas saídas, numa época recente, não se limitou ao Continente, mas ainda às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, onde o volume de partidas e a sua diversificação por países de destino acentuam, na maior parte das vezes, o carácter tradicional deste fenómeno. Foi o que, aliás, se verificou nos Açores, devido ao predomínio das saídas para o Continente norte-americano (E.U.A. e Canadá) e na Madeira, onde aquelas foram substituídas por outras correntes, para a África do Sul e para a Venezuela (QUADRO XI).

QUADRO XI
EMIGRAÇÃO PORTUGUESA
(1955/74)

PAÍSES DE DESTINO	CONT. %	AÇORES %	MAD. %	TOTAL
A. do Sul	66,3	0,2	33,5	22 275
Canadá	36,7	62,2	1,1	101 112
E.U.A.	42,3	56,9	0,8	119 922
Brasil	89,8	0,9	9,3	169 238
Venezuela	41,1	0,4	58,5	75 211
Alemanha	99,9	—	—	131 140
França	99,8	—	0,2	423 050
TOTAL	80,8	12,4	6,8	1 097 525

Em ambos os casos, porém, e em contraste com o que se verificou no Continente, as saídas para a Europa foram praticamente desconhecidas nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira — não

deixando de recordar, no seu conjunto, as vicissitudes e a epopeia do emigrante português, ilustradas num poema de M. B. C. Fontes ⁽⁷³⁾:

“Por terras distantes
Entre sofrimentos
Cavaleiros andantes
Nas Asas do tempo
São os emigrantes.
É triste o destino
Do povo do mar
Sempre condenado
À Pátria deixar
A andar embarcado.
Com fé na ventura
Pelo mar irado
Buscando a fortuna
Como no passado...”

IV/DEMOGRAFIA E SOCIEDADE PORTUGUESA

“OS DOIS PORTUGAIS

Uma pátria é-o, isto é, desenha-se e distingue-se no mapa do mundo, precisamente pela sua identidade; dizer identidade é dizer por um lado memória histórica, estrutura cultural e inconsciente colectivo (elementos tradicionais), e por outro lado projecto político como projecto de civilização e pensamento teleológico ou prospectivo (elementos dinâmicos).

ANTÓNIO QUADROS

“A Arte de Continuar Português”
(1978)

1 — A disfunção entre os sectores

Algumas das características já notadas sobre a evolução e a distribuição da população portuguesa, bem como das suas actividades e movimentos migratórios, ajudam-nos a compreender algumas das assimetrias sectoriais e regionais, que interessa ter em conta neste trabalho.

Assim, à grande diversidade de distritos onde a população ocupada no sector primário era, no início do nosso século, ainda relevante, opunha-se em 1970 um número restrito de exemplos, já com uma parcela significativa dos seus moradores ocupados na indústria e nos serviços. Facto que pode ser analisado numa outra perspectiva, tendo em conta o contributo de cada um dos sectores na formação do P.I.B. do distrito ou a nível global do Continente (QUADRO XII).

QUADRO XII
REPARTIÇÃO DO P.I.B.
(1970)

Distritos	TOTAL (1.000 Esc.)	%
AVEIRO	11 661 935	7,1
BRAGA	8 549 902	5,2
COIMBRA	7 643 048	4,6
LEIRIA	7 004 287	4,3
LISBOA	51 545 449	31,3
PORTO	25 700 993	15,6

SETÚBAL	15 380 156	9,4
SOMA	127 485 770	77,5
TOTAL DO CONTINENTE	164 473 194	100%

Apreciando este último caso, verifica-se que dos quase 164 milhões de contos estimados para o Continente, em 1970, ao total dos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal correspondiam 56,3% e a Braga, Aveiro, Coimbra e Leiria 21,2%. A Viana do Castelo e Guarda — menos de 4,2 milhões — e a Faro, Portalegre e Vila Real — entre, 3,4 e 2,2 milhões — cabiam apenas 4,9% daquele valor. Facto que é bem elucidativo do nível do desenvolvimento dessas áreas, cuja actividade principal assentava na exploração dos produtos vegetais e florestais — cerca de metade do total do P.I.B.

O sector industrial, de carácter artesanal e pouco desenvolvido nesses distritos, contribui com percentagens mínimas — da ordem dos 2,6 % em Bragança, 3,9% em Beja e 3,7% em Vila Real — ou próximo dos 12% em Évora, Portalegre e Viana do Castelo, acentuando, em qualquer dos casos, um atraso global no desenvolvimento do processo de industrialização e urbanização. Pelo contrário, em Aveiro e Setúbal, esse valor ultrapassou de longe os 50%, como sucedeu ainda no Porto, em Braga, Coimbra, Leiria e Viseu, realçando a intensificação desse processo, que os valores actuais, se realmente conhecidos, viriam decerto comprovar.

Embora desprezando os dados relativos à produção agrícola, não devemos esquecer as carências relativas a este sector: mecanização incipiente ou mal aproveitada, fraca utilização de adubos e de correctivos calcários e

fracas perspectivas de inovação por parte dos empresários, justificadas eventualmente pela idade e grau de instrução. A isso se associam as actuais estruturas agrárias, igualmente condicionadas pela dimensão média e parcelamento das explorações agrícolas. Assim, à extrema fragmentação característica dos distritos de Viana do Castelo e Aveiro — média de 1,5 ha — ou de Braga, Leiria e Porto — próximo de 2 ha — opunham-se em Bragança, Guarda e Castelo Branco explorações com uma dimensão intermédia superior a 6 ha ⁽⁷⁴⁾. Os casos extremos — 30,0 ha; 39,4 ha e 62,3 ha respectivamente — localizavam-se, nos finais da década de 60, em Portalegre, Beja e Évora, comprovando um regime bastante antigo de exploração e posse dessas unidades, pouco susceptível de alterações, apesar de alguns esforços recentes desenvolvidos nesse sentido.

Os valores mais reduzidos — da ordem dos 0,5 ha por bloco — encontravam-se em Aveiro, Coimbra, Leiria, Viana do Castelo e Viseu, demonstrando assim a extrema fragmentação da propriedade rústica em Portugal. Situação tantas vezes agravada pelo abandono e delapidação dos solos de melhor qualidade agrícola, devido à sua utilização e ocupação para outros fins.

A consulta de outros indicadores, relacionados com as condições de vida da população portuguesa, parece-nos de grande utilidade, principalmente se os associarmos ao que já conhecemos sobre as características demográficas, ou mesmo às condições de acessibilidade e à cobertura dos equipamentos fundamentais — educação, ensino, saúde e assistência social — cuja maior divulgação acompanhou o actual crescimento urbano no Continente.

Na impossibilidade de os referir exhaustivamente, ou até de apresentar os valores mais recentes, recordamos a redução da taxa global da mortalidade infantil, que de 55,5 % em 1970, decresceu para 38,9% em 1975 e para 26,0% em 1979. Esta baixa foi igualmente acompanhada de uma outra, a dos partos sem assistência médica — 30,2% em 1970 e 15,0% em 1975 — e, a nível global, por um aumento de cobertura médico-sanitária, que permitiu um aumento de três anos e meio na esperança de vida da população residente, calculada em 1979 em 67,7 anos para os homens e em 75,2 anos para as mulheres.

Embora conhecidos globalmente, estes dados são bem diferentes se aplicados à população residente em Bragança, Vila Real, Viseu ou Guarda, em virtude das muitas carências verificadas no domínio da assistência e das possibilidades de acesso aos principais centros de diagnóstico e profilaxia, instalados no Porto, em Coimbra e em Lisboa, devido não tanto às distâncias a percorrer mas, sobretudo, às dificuldades de circulação, impostas pelos acidentes do relevo.

Transfere-se assim para o domínio da saúde a existência das grandes assimetrias regionais, que nalgumas circunstâncias poderão alastrar de Viana do Castelo a Faro — caso da cobertura em pessoal médico e equipamentos — e a outras unidades concelhias da faixa litoral, identificada, anteriormente, como a mais privilegiada. Tais condições são devidas às maiores oportunidades de emprego, que nem sempre são acompanhadas de condições de alojamento favoráveis, quer pela insuficiência de fogos disponíveis, quer ainda pela deficiente cobertura das redes de esgotos, energia eléctrica e fornecimento de água ao domicílio (QUADRO XIII).

QUADRO XIII
QUALIDADE DOS ALOJAMENTOS
(1970)
ALOJAMENTOS CLÁSSICOS (em prédios) — %

	c/água analisada	c/retrete privativa	c/int. de banho	c/energia eléctrica	c/ cozinha	c/água, luz, banho e retrete	TOTAL
AVEIRO	35,2	70,8	24,7	75,4	86,9	20,6	145 950
BEJA	27,4	14,0	8,8	23,5	67,0	7,1	80 075
BRAGA	26,2	73,3	15,2	50,5	85,6	12,5	145 515
BRAGANÇA	20,6	11,2	8,0	30,6	72,6	6,2	63 005
C. BRANCO	24,1	19,4	12,1	34,8	69,7	9,2	101 995
COIMBRA	28,2	31,8	17,6	52,3	80,2	14,2	141 670
ÉVORA	41,3	25,5	15,8	36,5	71,5	13,9	70 105
FARO	32,6	30,8	22,1	31,7	71,3	17,5	105 300
GUARDA	17,2	12,3	8,0	34,4	68,4	6,4	89 205
LEIRIA	26,3	32,0	19,6	47,4	79,4	14,4	131 335
LISBOA	71,5	74,7	60,0	77,6	83,2	54,9	476 725
PORTALE.	36,7	24,9	12,7	35,3	73,9	10,8	61 620
PORTO	48,7	76,4	34,1	77,6	84,5	31,5	327 500
SANTARÉM	30,0	31,7	19,8	40,1	79,9	14,7	157 465
SETÚBAL	60,0	55,9	44,2	59,5	78,8	40,4	158 070
V. CASTELO	23,7	34,8	13,4	37,8	79,7	10,4	77 235
VILA REAL	15,5	19,0	8,5	32,8	75,2	6,5	80 905
WISEU	14,3	25,9	8,6	34,6	70,2	6,3	145 070
CONTIN.	39,8	48,3	27,8	54,4	78,9	24,3	2 558 745
AÇORES	50,9	60,6	17,3	42,4	77,6	14,3	80 910
MADEIRA	34,1	64,7	20,3	46,5	78,3	17,9	62 560
TOTAL	40,0	49,1	27,3	53,9	78,9	23,8	2 702 215

Com efeito, dos 2,6 milhões de fogos existentes no Continente em 1970, apenas cerca de 1/3 ofereciam aquelas condições de salubridade. Relação idêntica era a de famílias mal alojadas — em “ilhas”, barracas, e bairros clandestinos (num total de 653 260) — nos principais centros urbanos do Continente, reforçando, deste modo, a falta de estruturas de acolhimento para as populações rurais, que nas últimas décadas, para ali se dirigiram.

2 — As perspectivas de inovação

Não só os condicionalismos de natureza física e as assimetrias do crescimento, distribuição e emprego da população têm funcionado como sérios entraves à transformação da sociedade portuguesa. Esta poderá ser ainda justificada pela sua base rural-tradicional e nível de instrução, sobretudo das classes mais idosas, as quais, em 1981, constituíam cerca de 15% da população residente.

Com efeito, a taxa de analfabetismo, que no início do nosso século, em 1900, rondava os 74% ⁽⁷⁵⁾, tem vindo a decrescer gradualmente, sendo estimada em cerca de 40% no começo da década de 50 — muito embora durante esse período se tenha assistido à aplicação de várias medidas estimulando (ou pelo contrário, dificultando) o acesso da população aos diferentes graus de ensino. Entre elas se destaca a aplicação do Plano de Educação de Adultos (decretado em 1952), pondo termo a uma certa polémica, registada em décadas anteriores, sobre a necessidade de erradicar as “trevas do analfabetismo”.

Esta iniciativa, traduzindo no campo do ensino uma certa abertura do regime salazarista, surge quase meio século depois da criação, pela República, das Escolas temporárias móveis, vocacionadas para o combate ao analfabetismo, que, entretanto, haviam sido extintas, pelo Estado Novo, em 1930. Na mesma data a escolaridade obrigatória passara para 3 anos, favorecendo-se posteriormente a aplicação de outras medidas com incidências na frequência escolar, como o encerramento de mais de uma centena de escolas, por falta de professores, em 1940. Já anteriormente se havia limitado os seus vencimentos e facilitado o recrutamento de agentes escolares, sem formação. Daí que as taxas de escolaridade se mantivessem reduzidas: 16,2% em 1900; 20,6% em 1911; 26,9% em 1930 e duplicando entre esta data e 1940 (53,8%) para atingir em 1950 os 79,7% (76).

A obrigatoriedade da frequência do ensino primário para 4 anos, estabelecida em 1960, traduziu-se num aumento do número de alunos, contribuindo indirectamente para a redução das taxas de analfabetismo, que em 1970 afectava 26% da população, residente valor que se manteve inalterável em 1981.

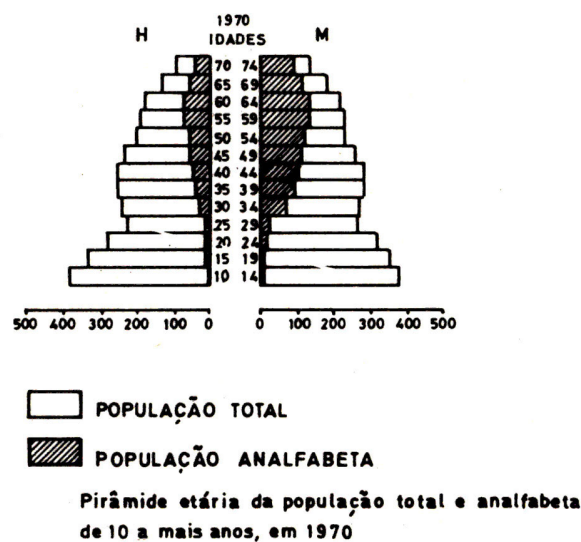


FIG. 14

Particularmente relevante nas classes mais idosas (FIG. 14), a sua distribuição no território é uma vez mais elucidativa das maiores oportunidades oferecidas no campo do ensino à população residente nos distritos do litoral, em particular em Lisboa, Porto, Aveiro e Setúbal — os únicos que há cerca de uma década registavam taxas de analfabetismo inferiores à média do Continente, orçada em 25,8%. Essas taxas apresentavam-se em oposição a todo o interior e sul do país, onde aqueles valores ultrapassavam os 40% nos distritos de Castelo Branco, Beja e Portalegre (FIG. 15).

Por sua vez, o alargamento do período escolar obrigatório para seis anos, em 1964, e a criação de um número significativo de escolas do Ciclo Preparatório, depois de 1968, contribuíram para o aumento da população escolar, não só a esse nível, mas nos restantes graus de ensino (QUADRO XIV).

QUADRO XIV
POPULAÇÃO ESCOLAR
(Ensino Oficial)

ANO LECTIVO	TOTAL %	GRAUS DE ENSINO		
		Básico %	Secundário %	Superior %
1960/61	1 016 585	83,2	14,2	2,2
1964/65	1 086 680	78,2	18,8	2,7
1968/69	1 199 069	76,1	20,4	3,3
1974/75	1 487 716	73,6	21,4	3,9
1977/78	1 684 366	67,8	24,7	4,6
1979/80*	1 497 890	68,5	26,0	4,6

* Dados referentes ao Continente.

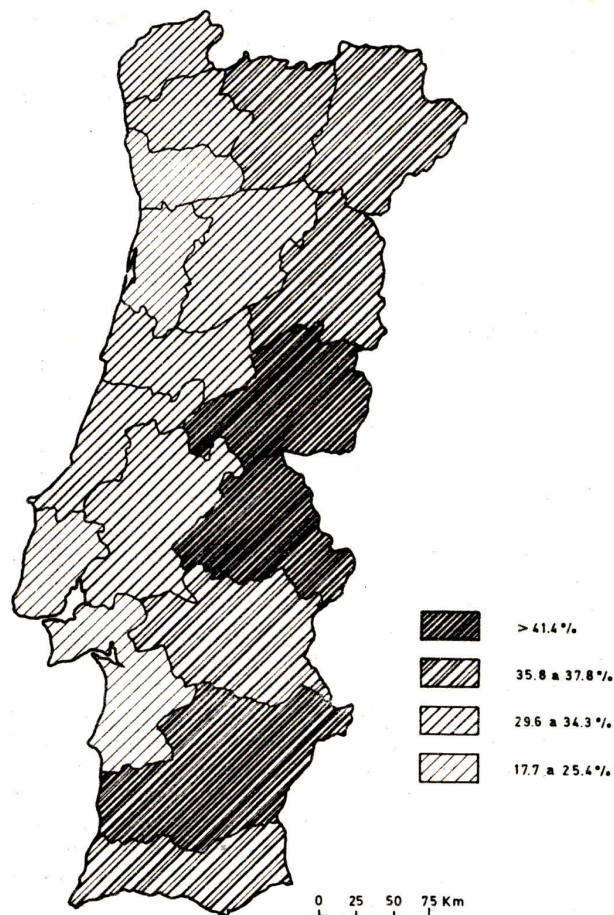


FIG. 15

O aumento verificou-se sobretudo no Secundário e no Universitário, em virtude não só da maior procura social do ensino, gerada pelas oportunidades de emprego e elevação de nível de vida da população, mas ainda, numa última fase, pelo desemprego latente, que tem incentivado o prolongamento da vida escolar. É o que se pode verificar através das respectivas taxas de escolarização (QUADRO XV).

QUADRO XV
TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO

GRAU DE ENSINO	1961/62	1966/67	1971/72	1977/78
Infantil	0,6	0,9	1,2	3,4
Básico	77,3	71,1	65,0	64,4
Secundário	19,7	25,1	30,1	25,4
Médio	0,4	0,2	0,5	0,4
Superior	2,0	2,7	3,2	4,3

Mesmo assim, não deixam de ser significativas as taxas de abandono escolar, sobretudo no ensino básico primário elementar, que de cerca de 5,4% no ano lectivo de 1960/61 baixaram para 3,6% em 1968/69 e para valores inferiores aos 3% nos anos de 1979/80.

A comparação do estado da população portuguesa por níveis de instrução em 1960 e 1970 sugere uma certa melhoria, comprovada pelo aumento de habitantes

com escolaridade obrigatória: 31,5% na primeira data e 42,1% em 1970. Facto que foi igualmente acompanhado por um aumento do número de docentes: quarenta mil no ano lectivo de 1960/61 e cerca de cinquenta e seis mil em 1968/69, dos quais 62,7% pertencentes ao ensino Básico, 32,8% ao Secundário e os restantes ao Médio e Superior. Montante que no ano de 1979/80 subiu, só no Continente, para mais de cem mil (92% dos quais em exercício no ensino oficial), assim distribuídos: ensino Básico: 61,6%; Secundário: 29,5%; e Superior: 8,0%.

De assinalar como estes valores acompanham as variações na procura do ensino, a diferentes níveis, e o número dos alunos que concluíram os respectivos cursos (QUADRO XVI), com particular destaque para o Preparatório e Superior, já que a quebra verificada no ensino Primário, corresponde a uma redução do número de matrículas, conseqüente à diminuição da população nos grupos etários mais jovens.

QUADRO XVI
ALUNOS QUE CONCLUÍRAM O CURSO,
SEGUNDO O RAMO DE ENSINO
(CONTINENTE)

	PRIMÁRIO	PREPARAT.	SECUND. LICEAL	SUPERIOR
1970/71	—	—	—	—
71/72	159 440	63 617	33 016	3 066
72/73	157 088	68 088	37 095	6 600
73/74	157 175	100 867	57 353	6 411
74/75	171 999	90 249	46 476	4 315

75/76	170 824	94 063	64 136	9 661
76/77	176 055	100 661	89 478	9 716
77/78	160 553	90 574	26 073	12
78/79	157 250	107 366	—	10
79/80	156 501	97 111	—	10

3 — *Os contrastes regionais*

Feita a apresentação de um número considerável de elementos relacionados com diferentes aspectos da demografia portuguesa, uma última questão deverá ainda ser formulada: em que medida é que às várias regiões do Continente, caracterizadas por diferentes níveis de desenvolvimento, correspondem igualmente formas de civilização — rural, tradicional ou urbana — distintas?

Tomando por base algumas indicações reveladoras da dinâmica do desenvolvimento na década de 1950 a 1960, Caldas e Loureiro demonstraram a existência de uma dicotomia litoral-interior, orientada “segundo o eixo norte-sul” ⁽⁷⁷⁾ e polarizada pelos dois primeiros centros urbanos: Lisboa e Porto.

Embora diagnosticada em estudos posteriores ⁽⁷⁸⁾, não tem sido possível contrariar esta situação devido à ausência de uma política regional, contemplando separadamente: a “formação e reciclagem profissionais... o levantamento integrado dos recursos das regiões; a realização de investimentos, em infra-estruturas e equipamentos colectivos, nas regiões mais

carecidas; o estímulo ao investimento em sectores produtivos; a política de constituição ou de correcção de uma rede equilibrada de lugares centrais; etc.”⁽⁷⁹⁾.

Tais medidas são certamente de concretização possível através da aplicação de um esquema de divisão regional, tendo em vista a correcção das respectivas assimetrias que, no seu conjunto, acentuam, em território português, a coexistência de dois tipos de sociedade: “uma sociedade moderna, cujas mais vultosas implantações se confinam em espaços geograficamente restritos, e uma sociedade tradicional, estendida por todo o território e rodeando as grandes concentrações ou núcleos menores da primeira”⁽⁸⁰⁾.

Nesta última os contrastes são por demais evidentes, tendo em conta não só as condições de vida e o bem estar das populações, mas as oportunidades de acesso ao ensino, a actividades de índole cultural ou a participação política dos seus habitantes. Podemos aliás verificá-lo através da comparação de alguns indicadores referentes ao ano de 1978 (QUADRO XVII).

Assim, se atendermos a que as possibilidades de acesso da população ao ensino podem ser avaliadas através das taxas de escolarização nos diferentes níveis, verifica-se na maior parte dos distritos do Continente que só no ensino Básico são satisfatórias. Já as perspectivas de acesso ao ensino Pré-primário são, em geral bastante reduzidas (salvo no distrito de Lisboa) o mesmo sucedendo ainda com o ensino Secundário. Com efeito, sendo este grau de ensino o que dá acesso ao ensino Superior⁽⁸¹⁾, verifica-se que em apenas 1/4 dos distritos do Continente — Coimbra, Évora, Faro, Lisboa e Setúbal — a percentagem de alunos que frequentavam este nível de ensino era superior à média.

Do mesmo modo, as possibilidades de acesso a actividades de índole cultural são, na maior parte dos distritos do Continente, bastante diminutas. Como aliás se pode verificar, se tivermos em atenção as FIGURAS 16 e 17, relativas à tiragem de jornais e outras publicações ou, eventualmente, ao número de espectadores de cinema. Verifica-se, no primeiro caso, que apenas nos distritos de Lisboa e do Porto aquele valor (respectivamente de 125 886 e 51 112 unidades por cada milhar de habitantes) superava a média do Continente, avaliada em 38 689 exemplares por cada milhar de habitantes.

Quanto à frequência de espectáculos cinematográficos, o número de espectadores por cada milhar de habitantes era, no Continente, de 4 467, média superada para o conjunto dos distritos do Porto (=5.132); Setúbal (=5.904); Faro (=6.338) e Lisboa (=9.346).

Embora estes dados digam respeito a 1975, não deixam de ser bastante significativos dos contrastes e das diferentes oportunidades de acesso à informação oferecidas à população portuguesa — e igualmente reconhecíveis se atendermos, por outro lado, à orientação de voto e à participação política dos habitantes. Escolhemos, para ilustrar, dois momentos do processo político português, referentes às eleições para a Assembleia da República: o de 1975, data do primeiro escrutínio realizado depois da queda do regime de Salazar e de Caetano, e o último, de 1983.

TIRAGEM DE JORNAIS E
OUTRAS PUBLICAÇÕES
(1975)

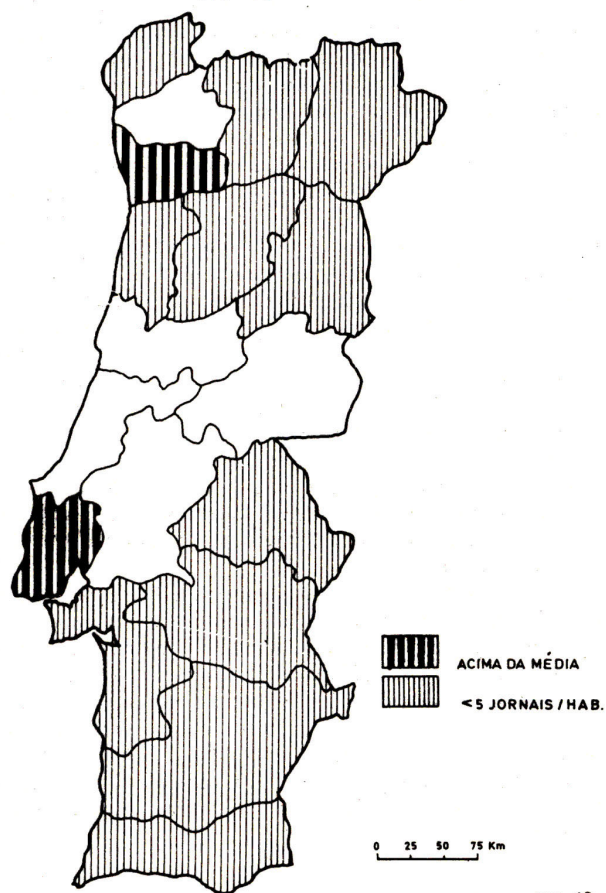


FIG. 16

QUADRO XVII
TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO
POR DISTRITOS (1978)

	ENSINO PRIMÁ.	ENSINO PREPA.	ENSINO UNIFIC.	ENSINO SECUND. COMPL.
AVEIRO	83,5	36,5	24,7	13,6
BEJA	84,0	47,2	32,4	14,4
BRAGA	69,2	30,3	18,6	9,2
BRAGANÇA	89,2	34,0	26,9	11,0
C. BRANCO	84,6	39,8	22,9	11,1
COIMBRA	83,3	48,6	36,2	20,6
ÉVORA	84,5	51,7	42,5	20,6
FARO	83,8	58,0	41,8	23,0
GUARDA	84,4	34,9	26,5	16,3
LEIRIA	83,1	44,3	28,4	13,0
LISBOA	83,3	58,1	57,7	27,4
PORTALEGRE	90,7	53,2	34,7	16,7
PORTO	83,6	35,6	26,5	14,3
SANTARÉM	83,8	48,6	35,0	19,9
SETÚBAL	83,8	56,3	50,5	22,3
V. CASTELO	84,4	32,1	22,0	12,8
VILA REAL	84,2	26,9	20,3	11,2
VISEU	84,1	31,6	26,0	16,0

ESPECTADORES DE CINEMA
(1975)

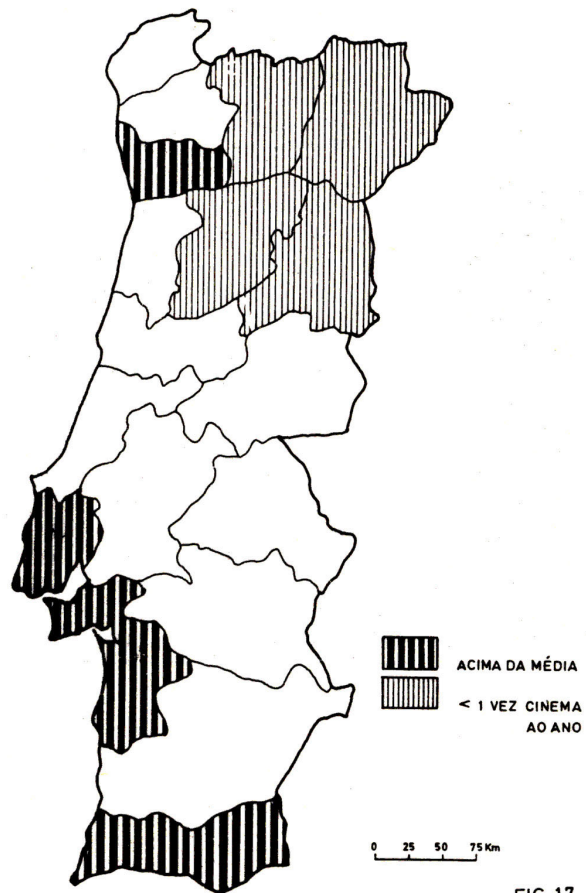


FIG. 17

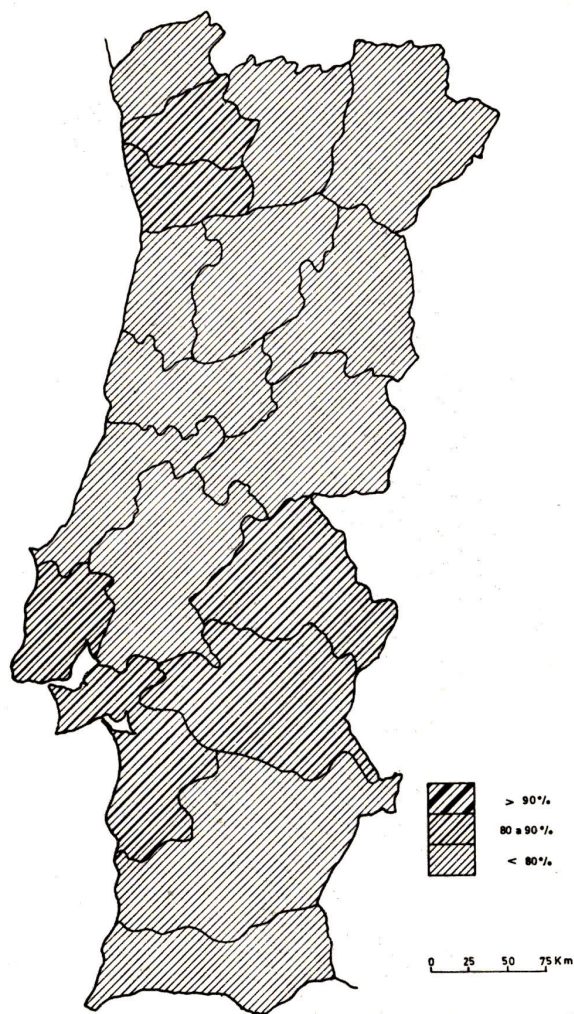


FIG. 18



FIG. 19

Longe de se pretender uma análise exaustiva dos resultados a nível de distritos, esta indicação tem por finalidade sugerir a sua comparação com outros indicadores já conhecidos e, a partir daí, verificar a orientação de voto dos eleitores inscritos, em relação aos principais partidos políticos representados no Parlamento: P.S., P.S.D., P.C.P. e C.D.S.

Antes porém de se referirem esses elementos, achamos oportuno assinalar que quase 1/3 dos 7,2 milhões de eleitores recenseados em 1983 faltaram ao acto eleitoral, contra menos de 9% em 1975. As maiores percentagens de abstencionismo situaram-se em Bragança, 30,5%; Vila Real, 27,8%; Viseu, 26,4%; Guarda, 26,0% e Coimbra, 25,4%. Em situações opostas, não podemos deixar de assinalar a elevada participação dos eleitores inscritos em Évora, Portalegre, Braga e Porto, e mesmo Setúbal, onde a percentagem de votantes rondou os 82% (FIGS. 18 e 19).

Mais do que uma referência aos valores globais obtidos por cada um dos partidos nos diferentes distritos do Continente ou das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, a comparação dos resultados eleitorais de 1975 e de 1983 permite assinalar uma certa regionalização do voto, encontrada do seguinte modo: uma identificação dos distritos do norte e centro do país com os partidos Socialista e Social Democrata, o qual, nas eleições de 1983, perdeu a maioria de que dispunha na Guarda, em Aveiro e em Braga. Assim como no Algarve, onde o eleitorado se mostrou particularmente afecto à primeira daquelas formações políticas. O mesmo sucedeu nos distritos de Setúbal, Évora e Beja, relativamente ao P.C.P. (FIGS. 20 e 21).

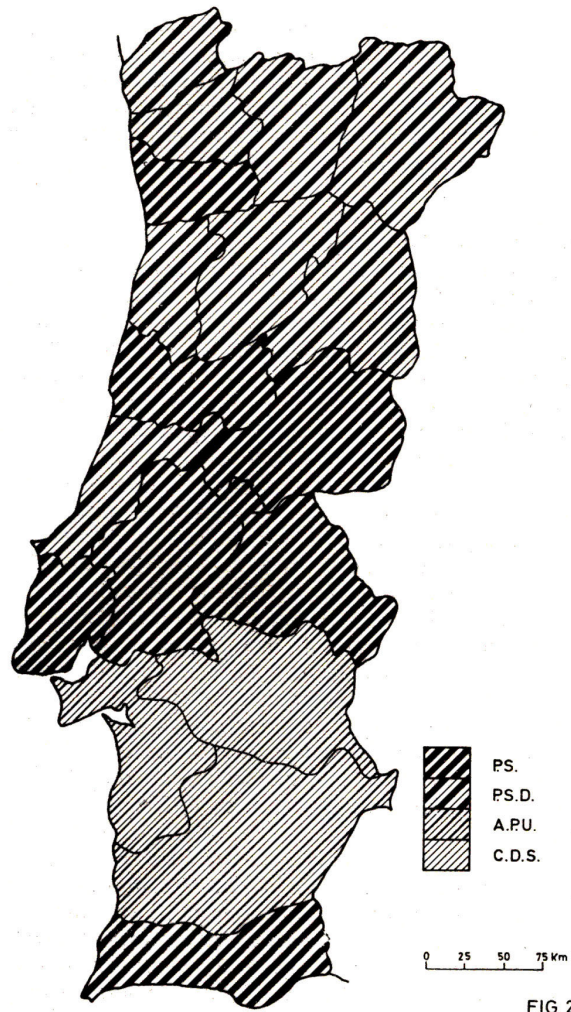


FIG. 20

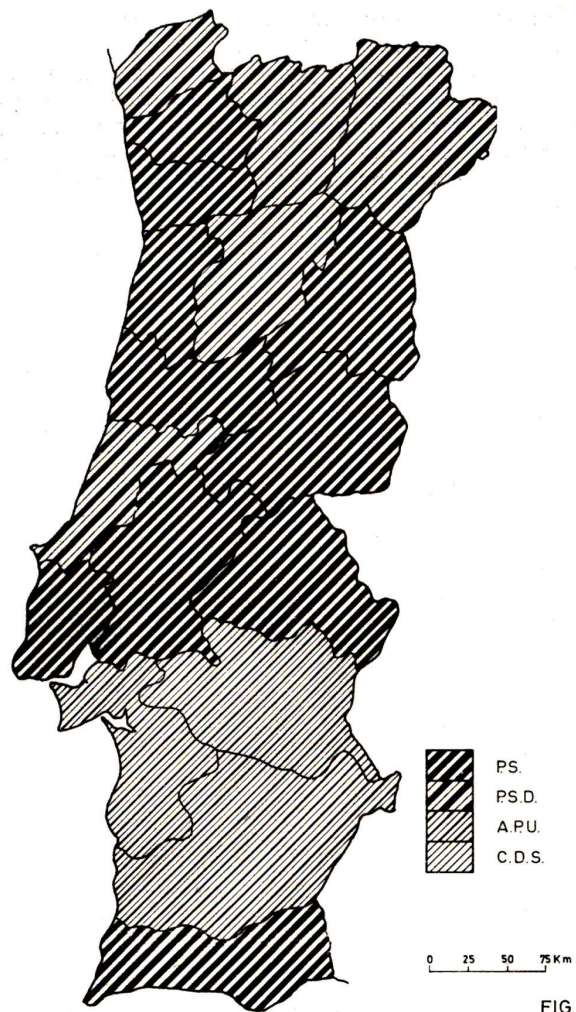


FIG. 21

Embora outros elementos pudessem ser ainda contemplados, nomeadamente os das eleições autárquicas, pensamos que os resultados obtidos carecem de um outro tipo de análise, circunscrita a unidades de menores dimensões — os concelhos — menos oportuna de efectuar num trabalho desta natureza. Mas, sem dúvida, de outro valor, já que à ideologia predominante há a acrescentar a acção pessoal de alguns dos seus “actores”.

Esses aspectos são de grande utilidade para a caracterização das diferentes perspectivas e capacidades de inovação que se abrem à sociedade portuguesa — não deixando porém de realçar que as “sociedades não se definem pelo seu funcionamento mas pela capacidade de se transformarem” ⁽⁸¹⁾.

V / NOTA FINAL

*“Estamos bem representados —
Com bastante idade embora —
Nesses painéis encontrados
Em São Vicente de Fora!
Somos anões europeus
Que pensam que são gigantes:
Ei-lo aquém dos Pirinéus
O meu País de emigrantes!!”*

HENRIQUE SEGURADO

“Ressentimento dum Ocidental”
(1970)

Mais do que uma análise exaustiva dos valores referentes ao estado da população, em épocas distintas, foi nossa intenção sugerir a apreciação de alguns indicadores que viessem a permitir compreender algumas das facetas da sociedade portuguesa. Esta, nas últimas décadas, tem enfrentado um sem número de situações adversas e contraditórias, a identificar em qualquer ensaio de cariz sociológico que venha a ser elaborado sobre este tema. Com efeito, da Monarquia à República e desta ao Estado Novo, há vários períodos conhecidos por uma certa instabilidade, de crises e tensões internas que indirectamente se repercutiram sobre a sociedade portuguesa, conhecida pelo seu cariz rural-tradicional, afastada dos contactos com o exterior, cujas barreiras só no início da década de 60 começaram a ser franqueadas devido ao incremento do Turismo, (como resultado dos grandes melhoramentos que assinalaram as Comemorações Henriquinas, em 1960) e à Emigração.

Verificou-se a partir de então uma certa abertura, que se acentuou nos anos seguintes devido à guerra colonial e à mobilização de alguns milhares de jovens que, retirados das “fraldas” das serranias do interior e das planícies do litoral, tiveram um primeiro contacto com a civilização urbana, antes da partida para o Continente africano. E uma vez regressados, confrontados com as experiências acumuladas durante esse percurso, que outra solução havia senão a de sair do país? Permanecer onde os empregos rareavam, em contraste com as ofertas promissoras (e facilidades de recrutamento) disponíveis na Velha Europa e no Continente americano?

Já depois de 1974, novo período se segue, dominado por uma certa esperança, hesitação e alguma incerteza, conhecida mais recentemente, devida ao agravamento da conjuntura internacional, ou mesmo a um certo desentendimento interno. E, encerradas as portas da emigração, é de novo o encontro entre os que partiram (ou ainda vão) e os que ficaram (ou já regressaram); é ainda a facilidade de contactos promovidos pelo turismo; é a divulgação dos “mass media”, que apontam indistintamente as fraquezas e as glórias da sociedade de consumo e os horrores da fome e da miséria, nas sociedades pré-industriais. E nós, para onde caminhamos?

Uma longa interrogação que só pode ser respondida com o tempo. Uma solução, mais uma, adiada... “sine die”? Respondemos com uma citação actual, seguindo a sugestão de V. M. Godinho:

“É tempo de deixarmos os sonhos para vermos, seriamente, o estado do nosso país. É tempo de acreditar na necessidade do concurso de todos, de muito patriotismo e séria abnegação... O que precisamos é da união de todas as vontades, do reconhecimento de todos os direitos, e do sacrifício nas aras da pátria das nossas pequenas dissensões, tendo por bússola, na derrota a seguir, a salvação da terra em que nascemos e que nos cumpre amar com todo o extremo dos filhos”⁽⁸³⁾.

ANEXOS

1. VARIAÇÃO INTERCENSITÁRIA
DA POPULAÇÃO PORTUGUESA (1864-1981)
2. COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS

VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO
NOS PERÍODOS INTERCENSITÁRIOS
(1864-1981) cont.

	1920-1930	1930-1940	1940-1950	1950-1960	1960-1970	1970-1981
AVEIRO	44 937	41 520	50 001	41 196	22 328	76 014
BEJA	39 773	35 528	12 809	-14 129	-71 716	-16 759
BRAGA	35 956	73 573	58 628	50 466	15 980	96 176
BRAGANÇA	16 796	26 695	14 679	4 883	-52 202	3 013
C. BRANCO	20 711	42 307	19 985	-8041	-60 783	21 523
COIMBRA	16 928	38 538	22 861	-5 032	-30 665	33 333
ÉVORA	23 118	30 920	11 925	-1 965	-40 172	533
FARO	25 068	23 965	8 606	-13 390	-45 884	54 577
GUARDA	118	36 159	12 004	-25 061	-70 319	-6 656
LEIRIA	26 147	48 446	37 969	8 510	-25 532	41 261
LISBOA	159 964	151 271	167 740	160 488	198 130	488 405
PORTALEGRE	14 139	23 943	11 385	-11 984	-41 814	-3 763
PORTO	98 966	135 275	112 652	139 846	125 406	243 513
SANTARÉM	42 853	47 868	34 057	1 514	-31 321	23 737
SETÚBAL	—	37 280	55 646	51 540	94 305	186 835
V. CASTELO	2 705	28 306	18 353	-1 738	-26 108	5 174
VILA REAL	21 021	35 336	28 126	5 935	-58 976	-2 001
VISEU	30 695	27 445	25 604	-12 212	-70 349	11 581
CONTINENTE	666 275	884 375	703 031	371 062	-169 665	1 21 450
TOTAL	722 294	952 994	754 817	379 152	-226 140	1 165 385

“COMPARAÇÕES INTERNACIONAIS”

	P.N.B. (Dol.) 1980	Taxa Média de infl. 1970/80	Repartição do P.I.B. % (1980)			Consumo De energia /hab (em Kg de carvão 1979	Pop. Urbana % em rel. ao total (1980)	População Activa 1980 %			Taxa Bruta (1980) %		Alunos Matri. Ens. sup. (1978) % da pop. 20-24 anos
			Agri.	Ind.	Serv.			Agri.	Ind.	Serv.	Natal	Mort.	
Portugal	2 370	16,6	3	32	65	1 443	31	24	36	40	18	10	11
Alemanha (R.F)	13 590	5,1	2	—	—	6 264	85	4	46	50	11	12	26
Bélgica	12 180	7,6	2	37	62	6 513	72	3	41	56	13	12	26
França	11 730	9,7	4	37	59	4 810	78	8	39	53	14	11	24
Inglaterra	7 920	14,4	2	35	63	5 272	91	2	42	56	14	12	20
Canadá	10 130	9,3	4	33	63	13 164	80	5	29	66	17	7	34
E.U.A.	11 360	7,1	3	34	63	11 681	77	2	32	66	16	9	56

in: ANUÁRIO ESTATÍSTICO
1981

NOTAS

- (¹) GURVITCH, 1979, p. 16.
- (²) Idem, *ibidem*, p. 27.
- (³) In ALBUQUERQUE, 1879.
- (⁴) FERREIRA, *Estatística*, in *Dic. Hist. de Portugal*, II, p. 113.
- (⁵) Idem, *ibidem*.
- (⁶) Idem, *ibidem*.
- (⁷) RIBEIRO, 1955, p. 99.
- (⁸) NETO, *Demografia*, in *Dic. Hist. de Portugal*, I, p. 796.
- (⁹) RIBEIRO, *ob. cit.*, p. 100.
- (¹⁰) SERRÃO, V., 1975.
- (¹¹) Idem, *ibidem*, p. 217.
- (¹²) FARIA, Manoel Severim de, *Notícias de Portugal offerecidas a El-Rey N.S. Dom João o IV*, in SERRÃO, V., *ob. cit.*, p. 216.
- (¹³) Veja-se *Manuscrits espagnols*, Códice 324, fls 4-40, in SERRÃO, V., *ob. cit.*, pp. 218 e 224.
- (¹⁴) Idem, *ibidem*, p. 226.
- (¹⁵) RIBEIRO, *Cidade* in *Dic. Hist. de Portugal*, I, p. 576.
- (¹⁶) Cf. SERRÃO, V., *ob. cit.*, p. 217.
- (¹⁷) Entre; Fogo, Morador e Vizinho, cf. SERRÃO, V., *ob. cit.*, p. 223.
- (¹⁸) Idem, *ibidem*, p. 226.
- (¹⁹) Idem, *ibidem*, p. 216.
- (²⁰) Cf. NETO, *ob. cit.*, p. 797.
- (²¹) Idem, *ibidem*, p. 798.
- (²²) FERREIRA, *ob. cit.*, p. 114.
- (²³) NETO, *ob. cit.*, p. 798.
- (²⁴) RIBEIRO, 1967, p. 114.

- (25) SERRÃO, J., 1973, p. 75.
(26) Idem, ibidem, p. 76.
(27) SARAIVA, 1978, p. 245.
(28) Idem, ibidem, p. 251.
(29) FERREIRA, ob. cit., p. 116.
(30) ALBUQUERQUE, ob. cit., p. IV.
(31) Idem, ibidem, III.
(32) Idem, ibidem, V.
(33) Idem, ibidem, VII e VIII.
(34) Idem, ibidem, XIV.
(35) Idem, ibidem, VIII.
(36) Idem, ibidem.
(37) Idem, ibidem, IX.
(38) Idem, ibidem, XVI.
(39) ALBUQUERQUE, 1879, XVIII.
(40) FERREIRA, *Recenseamentos*, in *Dic. Hist. de Portugal*, III, p. 544.
(41) RIBEIRO, 1955, p. 112.
(42) Idem, ibidem.
(43) RIBEIRO, 1977, pp. 103 a 109.
(44) Idem, ibidem.
(45) GIRÃO e VELHO, 1948, p. 1.
(46) RIBEIRO, 1967, p. 142.
(47) FEIO, 1949, p. 86.
(48) Idem, ibidem, p. 83.
(49) Idem, ibidem, p. 85.
(50) RIBEIRO, 1970, p. 337 a 353.
(51) RIBEIRO, 1967, p. 95.
(52) FEIO, ob. cit., p. 86.
(53) RIBEIRO, ob. cit., p. 58.
(54) Idem, ibidem, p. 79.
(55) RIBEIRO, *Povoamento*, in *Dic. Hist. de Portugal*, III, p. 468.
(56) Idem, ibidem, p. 466.
(57) GIRÃO, 1941, p. 260.
(58) Idem, ibidem, p. 261.
(59) RIBEIRO, 1970, p. 296.
(60) RIBEIRO, 1967, p. 40.
(61) RIBEIRO, 1977, p. 296.
(62) MAI, 1981, pp. 25 e 26.
(63) RIBEIRO, *Cidade*, in *Dic. Hist. de Portugal*, I, p. 577.
(64) Idem, ibidem, p. 578.
(65) GIRÃO E VELHO, ob. cit., p. 21.

- (⁶⁶) CEP., 1978, II, p. 2.
- (⁶⁷) Idem, *ibidem*.
- (⁶⁸) Veja-se: ALARCÃO, 1964.
- (⁶⁹) MARTINS, 1956, p. 253.
- (⁷⁰) *Documentos sobre a emigração portuguesa*, 1873, pp. 151-152, in SERRÃO, J. 1976, p. 241.
- (⁷¹) ARROTEIA, 1984 (ADERAV), p. 124.
- (⁷²) *Documentos sobre a emigração portuguesa*, 1873, pp. 151-152, in SERRÃO, J., *ob. cit.*, p. 242.
- (⁷³) FONTES, M.B.C., in DIAS, 1982, p. 3.
- (⁷⁴) Veja-se I.N.E., *Inquérito às Explorações Agrícolas*, 1968.
- (⁷⁵) MONICA, 1978, p. 381.
- (⁷⁶) Idem, *ibidem*, p. 361.
- (⁷⁷) Cf. CALDAS e LOUREIRO, 1966, p. 146.
- (⁷⁸) Veja-se CEP., 1976 e 1977; M.P.C.E., 1977; MAI, 1981.
- (⁷⁹) MAI, *ob. cit.*, p. 27.
- (⁸⁰) NUNES, 1968, p. 420.
- (⁸¹) O organigrama do ensino em Portugal compreende, para além do período de escolaridade obrigatória, correspondente ao *ensino básico* (primário e preparatório), 6 anos; o *secundário*, que se subdivide em geral unificado (7.º, 8.º e 9.º ano de escolaridade), o complementar (10.º e 11.º) e por fim, o 12.º ano.
- (⁸²) TOURAINE, 1982, p. 84.
- (⁸³) ROSAS, José Mesquita, *Considerações Económicas* (1869) cit. por V. M. Godinho, “Portugal — por que caminhos” in *O JORNAL*, 6/10/78.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, Alberto de — 1964: “Êxodo rural e atracção urbana no continente”, in *Análise Social*, 7-8, pp. 511-573.
- ALBUQUERQUE, J. da Costa Brandão — 1866: *Censo de 1864*, Lisboa, Typographia da Gazeta de Portugal; 1879: *Censo de 1878*, Lisboa, Typographia Universal.
- ARROTEIA, Jorge Carvalho — 1983: *A emigração portuguesa — suas origens e distribuição*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (Biblioteca Breve, n.º 79);
- 1984: *Os Ílhavos e os Murtoseiros na emigração portuguesa*, Aveiro, ADERAV; *Atlas da Emigração Portuguesa*, (Policopiado) 1984: *Portugal perfil geográfico e social*, Lisboa, Livros Horizonte 1984.
- C.E.P. 1976: *Estudo para a delimitação de Regiões-Plano*, Lisboa, C.E.P., vols. I e II (Estudos Urbanos e Regionais, n.ºs 8 e 10). 1977: *Desequilíbrios Regionais*, Lisboa, C.E.P. (Estudos Urbanos e Regionais, n.º 13); 1978: *Áreas de influência dos centros urbanos*, Lisboa, C.E.P. (vols. I e II), (Estudos Urbanos e Regionais, n.º 14).
- CALDAS, Eugénio e LOUREIRO, M. Santos — 1966: *Regiões Homogêneas no Continente português*, Lisboa, C.E.E.A. (Fund. Calouste Gulbenkian).
- DIAS, Eduardo Mayone — 1982: *Cantares d'Além Mar*, Lisboa, Secretaria de Estado da Emigração e Comunidades Portuguesas (Série Migrações).
- EVANGELISTA, João — 1971: *Um século da população portuguesa*, Lisboa, Centro de Estudos Demográficos (M.I.N.E.).
- FEIO, Mariano — 1949: *Le Bas Alentejo et l'Algarve*, Lisboa, Union Geographique Internationale (Livro guia do Congresso Internacional de Geografia).

FERREIRA, David M. e SEIXO, Maria A. — 1980: *Portugal, a terra e o homem* (antologia de textos de escritores do século XX), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (Vol. II — 2.^a Série); 1981: *Portugal a terra e o homem* (antologia de textos de escritores do século XX), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, II vol., 3.^a Série.

FERREIRA, Maria Emília — 1971. “Estatística, in *Dicionário de História de Portugal*, II, Lisboa, Iniciativas Editoriais, pp. 112-118; “Recenseamentos” in *Dicionário de História de Portugal*, III, Lisboa, Iniciativas Editoriais, pag. 542-544.

G.E.P. - M.E.U. — *Classificação dos distritos do Continente em matéria de condições de desenvolvimento da escolarização (1) e (2)*, Lisboa, G.E.P./M.E.U.; 1982 (Série: *Disparidades Regionais e Democratização*).

GASPAR, Jorge (direcção de) — 1981: *Portugal em mapas e em números*, Lisboa, Livros Horizonte (2.^a edição).

GIRÃO; Aristides de Amorim — 1941: *Geografia de Portugal*, Porto, Portucalense Editora.

GIRÃO, A. de Amorim e VELHO, Fernanda de O. L. — 1948: *Migrações internas (1890-1940)*, Coimbra, Centro de Estudos Geográficos (Estudos da População Portuguesa, III).

GODINHO, Vitorino Magalhães — 1977: *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*, Lisboa, Arcádia, 1977.

GURVITCH, Georges — 1979: *A vocação actual da Sociologia: Lisboa*, Edições Cosmos (vol. I)

M.A.I. — 1981: *Livro Branco sobre regionalização*, Lisboa, S.E.A.R.L. — M.A.I.

M.P.C.E. / S.E.P. — 1977: *Plano 77/80* (Relatório da política regional), Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda.

MARTINS, Oliveira — 1956: *Fomento rural e emigração*, Lisboa, Guimarães Editores.

MÓNICA, Maria Filomena — 1978: *Educação e sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Editorial Presença / G.I.S.

NAZARETH, J. Manuel — 1979: *O envelhecimento da população portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença / G.I.S.

NEMÉSIO, Vitorino — 1978: *Portugal, a terra e o homem* (antologia de textos de escritores dos séculos XIX-XX), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

NETO, Maria de Lourdes A.M.C. — 1971: “Demografia”, in *Dicionário de História de Portugal*, I, Lisboa, Iniciativas Editoriais, pp. 795-800.

NUNES, A. Sedas — 1964: “Portugal, Sociedade dualista em evolução”, in *Análise Social*, 7-8, pp. 407-462.

RIBEIRO, Orlando — 1955: *Portugal* (Tomo V da Geografia de Espanha y Portugal), Barcelona; Montaner y Simon; 1967: *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Sá da Costa (3.^a ed.); 1970: *Ensaios de Geografia Humana e Regional*, Lisboa, Sá da Costa; 1971: “Cidade”, in *Dicionário de História de Portugal*, I, pp. 574-580; “Povoamento”, in *Dicionário de História de Portugal*, III, pp. 466-485; 1977: *Introduções Geográficas à História de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional — Casa da Moeda.

SARAIVA, José Hermano — 1978: *História concisa de Portugal*, Lisboa, Publicações Europa-América.

SERRÃO, Joel — 1971: *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais (4 volumes, coord.); 1973: *Demografia portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte; 1976: *Testemunhos sobre a emigração Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte.

SERRÃO J. Veríssimo — 1975: “Uma estimativa da população portuguesa em 1640”, Separata de *Memórias da Academia das Ciências*, vol. XVI, pp. 213-303.

TOURAINÉ, Alain — 1982: *Pela Sociologia*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

ESTATÍSTICAS

I.N.E. — Recenseamento da População

- X — 1960 (Dados retrospectivos)
- XI — 1970 (Estimativas a 20%)
- XII — 1981 (Resultados Provisórios)

— Inquérito às Explorações Agrícolas (Continente) — 1968

- Recenseamento Agrícola
- Repartição Regional do Produto: Ensaio para 1970
- Anuário Estatístico, 1981.

Ministério do Trabalho — *Atlas Sócio-Económico*.

ÍNDICE DOS QUADROS

QUADRO	
I — N.º de Fogos em 1527	10
II — População de Portugal (1801-1802)	16
III — Resumo Geral da população portuguesa (1820).....	19
IV — Resumo da população (1864)	21
V — População por distritos (1864)	22
VI — Variação da população por distritos (1864-1981).....	32
VII — Variação da população (1950-1981)	42
VIII — Sex-Ratio da população portuguesa	45
IX — Centros urbanos (1981)	60
X — Emigração Portuguesa (1960-1980)	66

XI — Emigração Portuguesa: Continente, Açores e Madeira (1955-1974)	73
XII — Repartição do P.I.B. (1970)	76
XIII — Qualidade dos alojamentos (1970)	80
XIV — População escolar (ensino oficial)	84
XV — Taxas de escolarização	86
XVI — Alunos que concluíram o curso, segundo o ramo de ensino (Continente)	87
XVII — Taxas de escolarização, por distritos (1978)	92

ÍNDICE DAS FIGURAS

1 — Aglomerações mais importantes; 1527 e 1640	14
2 — Variação da população: 1864-1981	27
3 — Variação da população por distritos: 1950-1960	31
4 — Densidades da população: 1981	35
5 — Distribuição, por distritos, do crescimento da população entre 1878 e 1930 (Seg. O. RIBEIRO)	39
6 — Estrutura por idades da população portuguesa	47
7 — Envelhecimento da população portuguesa (seg. J. NAZARETH), 1970.	49
8 — População activa por distritos (1970)	51
9 — Cidades e Centros Urbanos: 1864 e 1981..	59
10 — Tempos mínimos de deslocação em transportes ferroviários de passageiros, a partir de Lisboa (seg. D.G.A.R.L. / M.A.I.)	63
11 — Preferências emigratórias: Brasil (1955-1974)	68
12 — Preferências emigratórias: França (1955-1974)	71

13 — Preferências emigratórias: R.F.A. (1955-1974)	72
14 — Pirâmides etárias da população total e analfabeta de 10 e mais anos: 1970	83
15 — Distribuição da população analfabeta (1970)	85
16 — Tiragem de jornais e outras publicações (1975)	91
17 — Espectadores de cinema (1975)	93
18 — Eleições para a A. R. — número de votantes: 1983	94
19 — Eleições para a A. R. — número de votantes: 1975	95
20 — Eleições para a A. R. — distribuição dos mandatos: 1975	97
21 — Eleições para a A. R. — distribuição dos mandatos: 1983	98

(Desenhos de Miguel Ant. Baptista de Moraes)